UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

VERONICA DEVIÁ

**A participação feminina na força de trabalho em economias
em desenvolvimento: uma comparação entre o Brasil e a
Índia**

São Paulo

2016

VERONICA DEVIÁ

**A participação feminina na força de trabalho em economias
em desenvolvimento: uma comparação entre o Brasil e a
Índia**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Relações Internacionais do
Instituto de Relações
Internacionais da Universidade de
São Paulo, para a obtenção do
título de Mestre em Ciências.

Orientadora: Profa. Dra. Adriana
Schor

São Paulo

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação*

Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo

AGRADECIMENTOS

Em memória de meu pai, Luciano Deviá, o primeiro feminista que conheci.

A Magali, Valentina e Victoria Deviá, mulheres da minha vida que são meu chão e meu sol. A Cláudio Rabin, por me fazer rir, me acalmar nos momentos de angústia, me alimentar e escolher a escova de dentes rosa. A minha orientadora Adriana Schor, por ter adotado meu projeto, ter me guiado com paciência, compartilhado dos meus dramas e me apoiado em todos os momentos. A Marcos Lucca-Silveira, por dividir as dores e delícias da vida acadêmica (e, claro, ter me apresentado a Biblioteca da Medicina). A Marketa Jerabek, pela nova e crescente amizade, parceria de trabalho, de feira e de vida. A André Sollero, pelos almoços reconfortantes. A Pietro Rodrigues, por ter estado por perto de longe. A Helena Wolfenson, pelo colo amigo e refúgio no campo. Às mulheres do Gepô – Beatriz Sanchez, Gabriela Rosa, Hannah Maruci, Layla Carvalho, Léa Tosold, Lilian Sendretti e Rebeca Lins –, por me ensinarem na prática o significado de sororidade e me inspirarem a continuar após cada encontro. A professora Janina Onuki, pelo incentivo e palavras nas horas difíceis. Aos professores Álvaro Comin e Fernanda Estevan, pelos comentários essenciais na banca de qualificação. À professora Ina Kerner, pelas contribuições feitas durante o Seminário de Feminismo Crítico. À amizade “irística” de Fernanda Perez, Leonardo Falabella, Thiago Trung, Trent Boultinghouse e Victor Tibau. A Amanda Lemos, por compartilharmos o caminho. A Andreza Davidian, pela paciência e ajuda. A Vinicius Vieira, pelo apoio com os dados. A Marco Brancher, pelo apoio estatístico. A Giselle Castro e Anderson Peraçoli, pela simpatia e atenção.

Grazie mille.

*“The difficult I’ll do right now,
the impossible will take a little while”*

- Billie Holiday, 1949

A participação feminina na força de trabalho em economias em desenvolvimento: uma comparação entre o Brasil e a Índia

RESUMO

Em praticamente todo tipo de medida global (participação, produtividade, renda e ocupação), as mulheres são mais economicamente excluídas do que os homens. De acordo com a teoria econômica feminista (NELSON; 1995, FIGART;2005), estas desvantagens são o resultado de desigualdades que se refletem em todas as áreas da vida social, relegando as mulheres a piores trabalhos e mais horas de trabalho em atividades pagas e não remuneradas, apesar do que afirma o pensamento racional econômico. Este trabalho se baseia na hipótese de uma relação em U da função do PIB e da participação feminina na força de trabalho (BOSERUP; 1975, MADEIRA; SINGER, 1975, GOLDIN; 1994, MAMMEN; PAXSON, 2000) encontrada em duas economias em desenvolvimento – o Brasil e a Índia para o ano de 2011 das pesquisas da PNAD e NSS respectivamente. Discutimos se esta hipótese pode ser aplicada para tentar explicar como opera a participação feminina na força de trabalho destes países. Utilizamos as abordagens interseccional (CRENSHAW, 1989) e categórica (MCCALL, 2005) para analisar igualmente os subgrupos populacionais (educação, raça, localidade e estado) e investigar se a renda dos domicílios em cada país pode ser uma medida suficiente para explicar a participação feminina. Desta forma, relevando que características culturais, demográficas, e históricas parecem ser fatores que podem explicar o papel atribuído à mulher na sociedade e como estas variáveis podem influenciar sua participação na força de trabalho.

Palavras-chave:

Gênero, Trabalho, Desenvolvimento, Brasil, Índia

The Female Workforce in Developing Economies: A Comparative Study in Brasil and India

ABSTRACT

In almost every kind of measurement (participation, productivity, earning and occupation) women are more economically excluded than men. Almost half of women's working potential is unutilized, wasting 1 billion women workers worldwide in the next decade¹. According to feminist economics theory (NELSON; 1995, FIGART; 2005) these disadvantages are a result of inequalities that are reflected in all areas of social life, relegating women to worse jobs and longer worked hours in paid and unpaid activities, despite the rational economic thought. This work builds on the hypothesis of an U-shape relation found in two developing economies, Brazil and India, for the year of 2011 of PNAD and NSS researches respectively. The function of a country's GDP (economic development stage) and the female participation in the workforce is U-shaped (BOSERUP; 1975, MADEIRA; SINGER; 1975, GOLDIN;1994, MAMMEN; PAXSON, 2000). We discuss whether this theory can be applied to explain the female workforce participation in these nations. Furthermore, through the intersectional (CRENSHAW, 1989) and categorical (MCCALL, 2005) approaches we analyse subgroups (education, race, location, and state) to asses if the household income is a sufficient measure to explain the female workforce participation in both nations, since cultural, demographic and historical characteristics seem to be relevant to explain the role attributed to women in a society and how these variables can bias the female worforce.

Key words:

SUMÁRIO

1.					INTRODUÇÃO
1					
1.1					Apresentação
1					
1.2	Revisão		bibliográfica		
6					
2.	PROPOSTA		METODOLÓGICA		
12					
2.1	Premissas		teóricas		
12					
2.2	Justificativa	da	escolha	dos	casos
16					
3.	ANÁLISE	DOS	DADOS	–	BRASIL
19					
3.1	Apresentação		dos	resultados	
19					
3.2	Análise		dos	dados	
24					
3.2.1					Educação
24					
3.2.2					Raça
26					
3.2.3					Localidade
29					

	3.2.4	Região
30		
4.	ANÁLISE DOS DADOS –	ÍNDIA
32		
	4.1	Apresentação dos resultados
32		
	4.2	Análise dos dados
37		
	4.2.1	Educação
37		
	4.2.2	Grupo Social
39		
	4.2.3	Localidade 42
	4.2.4	Região
45		
5.		CONCLUSÃO
47		
6.		BIBLIOGRAFIA
52		

1. INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação

Em 1990, Amartya Sen cunhou o termo *missing women*¹ para apontar o fato de que o número de mulheres existentes no mundo é menor do que o esperado. Dentre elas, 10% morrem ainda na infância, 21% na idade de reprodução e 38% antes de completar 60 anos, sendo que 23% nem chegam a nascer. Segundo o autor, cerca de 100 milhões de mulheres estão “faltando” porque, proporcionalmente aos homens da mesma nacionalidade e sob as mesmas condições, elas são mais atingidas pela falta de acesso à alimentação, saúde e trabalho. A expressão continua atual mais de 20 anos depois se considerarmos que cerca de seis milhões de mulheres ainda desaparecem anualmente (Banco Mundial, 2012)².

Apesar da redução, nos parece relevante tratar da supressão feminina no acesso ao mercado de trabalho porque em praticamente toda medida global – participação, produtividade, salário e profissão –, as mulheres são mais excluídas que os homens na economia. A qual preço? Segundo relatório realizado pela consultoria PricewaterhouseCooper (PwC) em 2012, quase metade do potencial feminino de produção é inutilizado, comparado a 22% dos homens de acordo com a International Labour Organization (ILO). Desta forma, cerca de um bilhão de mulheres será excluído da produção mundial na próxima década, desperdiçando o dividendo demográfico capaz de impulsionar a economia mundial rumo à redução da pobreza (PWC, 2012).

Segundo a ILO, entre 1995 e 2015, a participação feminina global na força de trabalho caiu de 52.4% para 49.6%; ao mesmo tempo a chance de uma mulher participar do mercado de trabalho continua 27% mais baixa que a de um homem. Em muitas regiões do mundo, a mulher tem mais chances de se tornar e permanecer desempregada, tem menos chances de participar do mercado de trabalho e, quando aceita, está mais

¹A *Hundred Million Women are Missing*, New York Review of Books (Sen, 1990)

² A relação entre *missing women* e a incidência de hepatite B em países asiáticos (em especial China, Índia e Paquistão) foi explicitada por Oster (2005), que observou uma relação de causalidade entre as portadoras do vírus e as proporções entre o sexo masculino e o feminino. A pesquisa indica que a inserção da variável HBV (*hepatitis B virus*) explica cerca de metade dos casos de *missing women*, explicitando uma conexão “mecânica” entre as proporções entre os gêneros e os casos observados da doença. É importante ressaltar, porém, que não é irrelevante a explicação que combina a preferência pelo sexo masculino e a ocorrência da hepatite B, podendo ter implicações importantes sobre a presença de mulheres no seio das sociedades e das famílias.

suscetível aos piores empregos. Em 2015, 586 milhões de mulheres trabalharam por conta própria ou contribuindo para um negócio familiar, constituindo a maioria dos trabalhadores familiares pouco ou não remuneradas monetariamente. Fora do lar, seus regimes de trabalho continuam sendo informais e em condições de precariedade mais acentuada. Isso se traduz em apenas 40% de contribuintes feminina para mecanismos de proteção social como aposentadoria, licença médica ou maternidade.

Em países mais ricos, a maior fonte feminina de rendimentos está concentrada nos setores de educação e saúde, que empregam juntos cerca de 30% das mulheres. A agricultura continua sendo a principal fonte de renda em países de baixa e média renda. Uma análise de 142 países mostra que as mulheres se mantêm como maioria nos trabalhos de serviço, vendas, escritório e em “ocupações elementares” (ILO, 2016). Além trabalharem menos horas de forma remunerada, seja em países de baixa seja em de alta renda, a mulher trabalha mais de forma não remunerada na atividade de serviço doméstico. Em todos os países onde há dados disponíveis a este respeito, elas são responsáveis por cerca de 2,5 vezes mais trabalho no lar e de cuidado do que os homens. Somando estes dois tipos de trabalho, portanto, as mulheres trabalham mais horas do que os homens, mesmo quando se encontram empregadas de forma assalariada e sob regime formal.

O setor do emprego da mulher também sofreu uma transformação. As ocupações femininas saíram do setor agrícola rumo aos serviços, setor que no geral absorveu a maior parte dos empregos nos últimos 20 anos. No recorte global, os países de baixa e média-baixa renda continuam tendo na agricultura a principal fonte de emprego para mulheres. As trabalhadoras que haviam sido absorvidas pela indústria da manufatura, especialmente na Ásia Oriental, observaram a “desfeminização” do setor, que deixou de ser intensivo de mão de obra para se tornar intensivo de capital. Estas trabalhadoras foram absorvidas em grande parte pelo trabalho doméstico pago, em especial nas regiões da América Latina e Caribe. Por outro lado, nos países de alta renda, a principal fonte de trabalho está nas áreas consideradas femininas, como a saúde e a educação. A concentração feminina neste tipo de ocupação vem sendo associada com a alta incidência de trabalhos em tempo parcial e com menor remuneração por diversas razões. Ademais, as atribuições sociais historicamente relegadas às mulheres (trabalho

de cuidado³) em grande medida correspondem à necessidade de suprir o trabalho doméstico e reprodutivo, o que explica o menor número de horas trabalhadas por mulheres, além das atividades menos especializadas e que exigem menor comprometimento com a carreira a longo prazo. O fenômeno se manifesta igualmente no “motherhood wage gap” (ILO, 2016, p.28), sob forma de “penalidade” recorrente atribuída a mães trabalhadoras.

Desta forma, apesar do desenvolvimento da sociedade industrial desde o século XIX e que rege parte importante da produção econômica até os dias atuais, paradoxalmente o valor do gênero do trabalhador continua sendo um fator decisivo para a determinação de sua ocupação:

O sexo do trabalhador [...] influi sobre a posição que ele ocupa na hierarquia profissional. A mulher que participa da divisão do trabalho, que é uma divisão social, transmite ao trabalho as determinações sociais que a afetam. [...] Ao se definir a posição do indivíduo na estrutura social, um dos principais critérios resulta de sua posição na hierarquia profissional. Entretanto, quando o trabalhador é uma mulher, o que a define socialmente não é, em primeiro lugar, seu trabalho, mas sua condição de sexo. Isto porque a posição que ela ocupa na estrutura ocupacional é uma decorrência de sua condição de mulher. (BLAY, 1978, p.41)

Acreditamos, portanto, que as desvantagens descritas acima se reproduzam porque são manifestações subjacentes das desigualdades de poder em jogo nas várias esferas da vida social. Inicialmente, é necessário fazer uma distinção entre sexo e gênero. Sexo é o termo geralmente utilizado para se referir às diferenças biológicas entre homens e mulheres, enquanto gênero diz respeito às associações, estereótipos e

³ A este respeito ver Hirata (2014), Sorj (2004), Bruschini (2006). O trabalho não remunerado, realizado em maioria por mulheres na esfera privada, é uma das principais dimensões do trabalho feminino. Para dar a devida visibilidade, as novas pesquisas de IBGE apontam todos os serviços e trabalhos realizados pelas mulheres, denominando-os de trabalho doméstico, trabalho não remunerado, trabalho reprodutivo, trabalho na unidade doméstica, trabalho de cuidado não remunerado aos membros da família, retomando, assim, a proposta de computar o valor desses serviços ou trabalhos pela mensuração do tempo gasto para realizá-los. Em 1990, a PNAD reformulou o conceito de trabalho adicionando as atividades de “autoconsumo” e consumo familiar, que incidiu na percepção de um grande aumento da atividade feminina pelas pesquisas subsequentes.

padrões sociais que uma cultura constrói com base nas diferenças percebidas entre homens e mulheres (NELSON, 1995).

Sex is the province of biology, i.e. fixed and unchangeable qualities, while gender is the province of social science, i.e. qualities which are shaped through the history of social relations and interactions (WHITEHEAD et al 1992)

A estratificação de gênero enraizadas nas estruturas econômicas perpetua as desigualdades de acesso ao trabalho, atestando o gênero como uma forma reiterada de inferioridade⁴. A produção de conhecimento tradicional, por sua vez, tende a negligenciar o processo no qual o gênero interage com outras forças e instituições, dando a impressão de ser um fator ou variável que pode ser “controlado” ou “verificado” numa equação para observar as diferenças demográficas *ceteris paribus*, como, por exemplo, a influência de capital humano, presença de indústria, ocupação, salários etc. (FIGART, 2005). Contudo, controlar uma análise por gênero implica que este seja um fator marginal à análise, enquanto seria apenas uma característica descritiva individual de seus participantes e não parte fundamental da construção teórica dos mesmos.

Na pesquisa acadêmica quantitativa, uma variável *dummy* pode mensurar os efeitos de raça e gênero nos salários, mas não pode distinguir entre diferentes explicações causais. Os ganhos das mulheres, por exemplo, são influenciados pelos processos que afetam os valores das variáveis independentes remanescentes. A base para uma análise alternativa a este modelo é a compreensão que o gênero inserido em uma dimensão que permeia todos os âmbitos, de homens e mulheres, compreendendo

⁴ Sobre essa questão, sob uma perspectiva sociológica, ver Bourdieu (1998). Segundo o autor, a divisão entre os sexos parece estar na “ordem natural das coisas”, expressão que usamos comumente e cotidianamente para tratar do que é natural, normal, ao ponto de tornar-se inevitável; permeando nosso mundo incorporada aos hábitos, trabalhos e ações. A visão androcêntrica de mundo, portanto, nos aparece como neutra, ao passo que nossa percepção histórica tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se funda. A diferença biológica e anatômica entre os órgãos sexuais do homem e da mulher, deste modo, afirma-se como a justificativa natural e consequente das diferenças entre os gêneros, em especial na divisão sexual do trabalho. A definição social do homem e da mulher nos aparece como duas variantes, superior e inferior, da mesma fisiologia. Tentam encontrar no corpo da mulher uma justificativa de seu status, atribuindo-lhe as oposições tradicionais entre interior e exterior, sensibilidade e razão, passividade e agressividade. Tal força legitima uma relação de dominação inscrita na natureza biológica que é, ela mesma, uma construção social naturalizada.

esta categoria como mais do que uma variável independente (*dummy*), mas central para a análise econômica que buscaremos propor (FIGART, 2005).

Partindo da premissa que a economia, assim como todas as disciplinas do conhecimento humano, é socialmente construída, a teoria econômica feminista levanta questões sobre a adequação da prática econômica “não porque a economia em geral é muito objetiva, mas porque ela não é objetiva o suficiente” (NELSON, 1995, p.132). Primeiramente, as mulheres, enquanto objetos e produtoras de conhecimento, foram excluídas da economia. Por esta razão, a maioria das atividades exercidas por mulheres – fora do mercado e no lar, como o cuidado da casa e das crianças – não é considerada uma atividade econômica e, portanto, não apropriada para ser objeto de pesquisa econômica. A própria formação e criação de uma criança que, quando adulta, virá a ser a unidade econômica por excelência – *o homo economicus* – é completamente esquecida⁵. Em segundo lugar, o modelo que prega a objetividade e utilidade do comportamento autônomo individual de mercados perfeitamente regulados não consegue explicar como a discriminação contra as mulheres acontece reiteradamente e “racionalmente” com salários mais baixos e discriminação profissional. O campo parece partir da noção de que a economia, sendo masculina, é boa, através da associação de masculinidade com a superioridade e da feminilidade com inferioridade, numa relação mental de valor (superior/inferior) e gênero (masculino/feminino).

These norms, beliefs and values define the dominant models of masculinity and femininity in different societies and allocate men and women, boys and girls to different roles and responsibilities on the basis of these definitions, generally assigning a lower value to those aptitudes, abilities and activities conventional defined as ‘feminine’ relative to those conventionally defined as ‘masculine’. They thus define constraints which apply to women and men by virtue of their gender. (KABEER, 2012, p.14)

Uma forma de análise que permita levar em consideração as dimensões de gênero nos parece relevante por sinalizar novos entendimentos do funcionamento da economia, sem negligenciar as dimensões sociais que a permeia. Dizer que a “economia contemporânea é masculina” é dizer que esta reflete uma crença social sobre a

⁵ As análises econômicas tendem a trivializar este fato, que as economistas feministas apelidaram de mito econômico de “homem cogumelo” (“mushroom man”), supondo que o ser humano nasce e cresce sem a necessidade de cuidado de outros durante sua infância, negligenciando todo o trabalho feito historicamente por mulheres para torna-lo homem, não contando este como “econômico” (NELSON, 1995, pp.144)

masculinidade e que a entrada de mais mulheres neste campo da ciência, enquanto objeto e enquanto produtoras de conhecimento, portanto, não serve para trazer algo de diferente ao campo devido suas virtudes “femininas”, mas para iluminar o viés de gênero na direção de ajudar a compreender melhor o próprio campo em diferentes níveis (NELSON, 1995).

1.2 Revisão bibliográfica

A entrada feminina no mercado de trabalho formal é, em grande medida, um fenômeno relevante para a economia do século XX porque transformou o papel que as mulheres ocupam na sociedade. Atualmente, já não é mais possível vislumbrar o mercado de trabalho sem a participação feminina nem a mulher como outra coisa que não seja trabalhadora. Na presente pesquisa, por motivos de existência de literatura e escolha epistemológica, decidimos inicialmente revisar autoras que analisaram o mercado dos Estados Unidos. Poucos países possuem registros que poderiam ser utilizados para traçar um fio condutor do processo que partiu do século XIX chegando até os dias atuais. Em primeiro lugar, tal escolha parte da limitação existente e da ausência de informação a respeito da atividade econômica das mulheres em outros lugares do mundo desde os primeiros recenseamentos econômicos⁶.

Através desta escolha, contudo, não pretendemos pensar o fenômeno observado nestas regiões específicas como totalizantes da experiência feminina, mas buscar compreender como, para as mulheres nestes países específicos, esta transição ocorreu e caminhou no sentido da forma como entendemos o trabalho atualmente: saindo da esfera doméstica (forma reprodutiva de trabalho) para a atividade profissional fora do lar, sob a condição de atividade remunerada. Partindo desta leitura inicial, pretendemos compreender de que maneira ela foi reproduzida ou encontrada dentro dos termos apresentados nos países analisados por este trabalho.

Para contextualizar a análise, iremos elucidar como ocorre, na teoria econômica, a tomada de decisão de trabalhar. Os indivíduos determinam como e quanto fazê-lo baseados em alguns pressupostos, dentre os quais decorrem o efeito substituição e o

⁶ Os primeiros esforços de historiadores da economia em mapear a atividade feminina foram feitos por pesquisadores ingleses, que por sua vez se depararam com medidas estimadas de produtividade da unidade do lar desde o século XVIII (HORREL, HUMPHRIES, 1995).

efeito renda. O efeito substituição, no contexto da teoria econômica, é quando o custo oportunidade do tempo de lazer (tempo não trabalhado) aumenta quando os salários aumentam. Quando o tempo de lazer fica mais caro, os indivíduos passam a consumir menos lazer e a trabalhar mais. Portanto, o efeito substituição é o resultado do aumento dos salários, já que as horas de lazer são substituídas por horas de trabalho. O efeito renda, por sua vez, é a mudança na renda de um indivíduo e seu decorrente impacto na quantidade demandada de bens e/ou lazer (para pensar o efeito renda, consideramos o lazer como um bem). Quando o salário aumenta, a renda real aumenta. Logo, a relação entre renda e a quantidade demandada é positiva: quando a renda aumenta, cresce a quantidade demandada de bens e lazer. Assim, se os salários são mais altos, os indivíduos são induzidos a consumir uma maior quantidade de tempo de lazer e, assim, reduzir as horas de trabalho⁷.

Voltando ao contexto histórico, segundo Bergman (2005), a causa primordial da entrada da mulher no mercado de trabalho remunerado nos Estados Unidos foi a consequência da revolução industrial. Neste período, a economia aumentou a remuneração do trabalho como um todo e as mulheres se depararam com a possibilidade de vender suas horas de trabalho fora do lar. Até o momento, numa era pré-industrial, as mulheres se dedicavam a atividades de outras espécies, como o trabalho reprodutivo e doméstico, trabalhando para o lar, na fazenda e nos negócios familiares. Com a emergência da atividade industrial e do trabalho remunerado para os homens, pela primeira vez a mulher passa a comparar sua remuneração dentro e fora de casa, dando o primeiro passo para a sua emergência econômica: o preço quantificado pelo seu trabalho. Antes utilizado ou “comprado” dentro do lar, o preço do trabalho feminino

⁷ Inicialmente, estudos sugeriam que a oferta de trabalho das mulheres casadas era mais sensível a salários e a renda do que os homens. Atualmente, os economistas acreditam que esta presunção surgiu porque as respostas femininas à participação (que normalmente é maior) estava sendo comparada à decisão masculina de quantidade de horas trabalhadas (que normalmente é menor) (BLAU; FERBER; WINKLER, 1998). Em geral, a resposta feminina de oferta de trabalho é influenciada pelas suas decisões de participação em maior medida que os homens, porque uma maior proporção de mulheres se encontra fora da força de trabalho. Neste caso, é possível identificar uma diferença entre os gêneros, que pode ser justificada pela diferença dos papéis de gênero. Enquanto os homens sempre trabalharam, alocaram menos horas em seu tempo de lazer a atividades de produção do lar. Para as mulheres sempre foi justamente o contrário: a maior parte de seu tempo de lazer é dedicado a atividades do lar, já que os bens comprados são substitutos de tempo de lazer produzindo bens que serão consumidos pela família. Assim, o efeito de substituição é mais encontrado entre as mulheres do que entre os homens.

subiu até o ponto em que se tornou muito valioso para ser “desperdiçado” em casa, aumentando o benefício de trabalhar numa atividade com remuneração fora do lar e o custo de se manter dentro dele.

É importante ressaltar que também não era impossível ou incomum encontrar mulheres que trabalhavam. Quando o faziam, contudo, se devia ao fato de não terem um homem que pudesse prover suas necessidades básicas – seja este um marido, pai ou irmão – vendo-se obrigadas a trabalhar para manter a si próprias e a sua família. É o caso de muitas mulheres afro-americanas e imigrantes de famílias pobres, que compunham – e ainda compõem – grande parte da mão de obra feminina⁸.

Além das desigualdades entre regiões ou gêneros devem ser articuladas outras categorias de análise que demonstrem diferenças dentro destas diferenças, ou seja, aquelas que existem dentro de um mesmo gênero: como classe, raça, etnia, espaço/região, etc (SCOTT, 1989)

Como já indicado anteriormente, o preço real do salário, apesar de seu aumento, não conseguiu ser a única fonte de tomada de decisão na hora da participação feminina no mercado de trabalho⁹. Nesta época, o estigma social sobre o trabalho feminino constitui uma barreira importante para deixar que as mulheres, principalmente as casadas, deixassem seus lares rumo ao mercado de trabalho. Enquanto ainda existia

⁸ A este respeito, ver hooks (1979), Gonzalez (1988), Collins (2000). Devemos articular mais categorias de análise que sejam capazes de dar conta das diferenças dentro destas diferenças, pensando o que existe dentro do gênero como raça, etnia, classe, localização espacial e geográfica etc. “A interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos. [...] ao sobrepormos o grupo das mulheres com o das pessoas negras, o das pessoas pobres e também o das mulheres que sofrem discriminação por conta da sua idade ou por serem portadoras de alguma deficiência, vemos que as que se encontram no centro – e acredito que isso não ocorre por acaso – são as mulheres de pele mais escura e também as que tendem a ser as mais excluídas das práticas tradicionais de direitos civis e humanos” (CRENSHAW, 2002)

⁹ O salário médio por hora ganho por uma trabalhadora mais do que quadruplicou desde 1890. O valor dos bens e serviços que poderiam ser adquiridos por uma mulher com os ganhos de uma hora de trabalho aumentou, em média, 1.64 por cento por ano desde então. Entre 1939 e 2009, o salário aumentou 2.9 vezes em termos de poder de compra. Mesmo se o valor das atividades de uma esposa tivesse se mantido no tempo, o aumento do salário real seria compensado no momento da troca de suas atividades três vezes mais em 2003 do que em 1939, e mais do que quatro vezes em 1890 (BERGMAN, 2005)

considerável estigma social em relação ao trabalho remunerado de esposas, o efeito renda era grande e negativo (quanto menor a renda, maior a participação). Quando, ao mesmo tempo, o efeito substituição era pequeno, o aumento da demanda poderia ter aumentado pouco o trabalho remunerado feminino e salários mais altos dos maridos operavam na direção oposta.

For various reasons that will become clear, the substitution elasticity of labor supply eventually grew and the income effect (in absolute value) shrank. In the late 1940s and 1950s, labor demand began to shift out across a rather elastic female labor supply function. The effect continued, and married women's labor force participation rates climbed. Because the elasticities changed in each of the phases, so did the relative importance of labor supply and labor demand in explaining the increase in labor force participation and hours worked. (GOLDIN, 2006, p.3)

Do lado dos fatores da demanda, ocorre o aumento da demanda por trabalho como um todo, observada ao longo do século e como decorrência da maior demanda generalizada por bens e serviços. Entre os anos de 1930 e 1950, vimos o crescimento da demanda por novas formas de trabalho, em especial a dos serviços, que foi com o tempo identificada como trabalho feminino (JACOBSEN, 1994). O aumento da demanda por trabalhos de escritório cresceu com o advento de novas tecnologias de informação e o aumento de educação de segundo grau. Desta forma, o surgimento de “ocupações femininas” pode ser compreendido como uma classificação atribuída porque estes trabalhos não requerem habilidades específicas nem comprometimento de longo termo e, assim, também são compatíveis com outras funções femininas no lar¹⁰ (BERGMAN; 2006, GOLDIN; 2003). Outra razão é o aumento do trabalho em tempo parcial; enquanto o salário real para as mulheres aumentou, a margem de troca era a

¹⁰ Ao mesmo tempo, eram estabelecidos sistemas de saneamento básico, como eletricidade e água encanada, enquanto surgiam também eletrodomésticos mais baratos como máquinas de lavar roupas e ferros de passar. Em 1950, entre 60 e 90% das famílias americanas já possuíam saneamento básico, 80% tinha geladeiras em 1950 e cerca de 60 por cento tinham aspiradores de pó e máquinas de lavar (MOEHLING, 2001 apud GOLDIN, 2006). Por causa deles, vai aumentar a oferta de trabalho de mulheres que se libertam em parte do trabalho doméstico. O poder de compra do dinheiro dos salários aumenta ao mesmo tempo em que eles se popularizam (JACOBSEN, 1994, p.119).

participação, não as horas. Um aumento menor em horas e empregabilidade poderiam ocorrer se tivessem existido maior flexibilidade e horas de trabalho.

A mudança no mercado de trabalho feminino que foi considerada entre as mais importantes foi a transição e “feminização” do trabalho de escritório (clerical work¹¹) acompanhado da relativa queda do trabalho manual para as mulheres. O trabalho manual não exigia nenhum tipo de conhecimento ou educação prévios, mas contava com a habilidade do ofício aprendido no local. O crescimento do trabalho de escritório encontrou nas mulheres escolarizadas, portanto, a mão de obra que poderia preencher suas necessidades, já que não necessitava de mais habilidades. Tomada a decisão que as mulheres poderiam entrar e permanecer no mercado de trabalho após o casamento, o serviço de escritório também respondia a critérios do perfil intermitente da mão de obra feminina (GOLDIN, 1994).

A demanda por mão de obra mais qualificada correu lado a lado com o aumento da educação feminina, que tornava o trabalho e sua remuneração mais atraentes para as mulheres. O fenômeno da melhora da educação feminina pode ser atribuído a fatores diversos: diminuição das restrições sociais para a educação feminina, maior capacidade das famílias em educar as mulheres e maior retorno pela educação de forma geral. Mammen e Paxson (2000) reiteram a associação positiva entre PIB per capita e educação feminina. A educação, enquanto um bem de consumo, cresce em maiores níveis de renda, assim como também é demandada em maiores níveis de renda para a entrada formal no mercado de trabalho. Portanto, o nível de educação feminina cresce na medida em que aumenta a renda, especialmente para países de baixa e média renda com o processo de desenvolvimento e enriquecimento do país. Goldin (2006) enxerga a transformação do papel da educação na vida das mulheres. Inicialmente, nas primeiras décadas do séc. XX, a escolaridade era mais um atributo que contava para o casamento do que para a inserção em melhores posições no mercado de trabalho. A educação superior, inclusive, era um meio social de formação de casais, aproximados pela classe social das universidades. Foi só à partir dos anos 1970 que a educação começou a ser

¹¹ O trabalho de escritório é um exemplo do processo de feminização do trabalho: “[clerical work] is so called because it was once the preserve of ordained clergymen or ‘clerks’ before being taken over by laymen. In the mid-to-late-19th-century world portrayed in the novels of Charles Dickens, the clerks in manufacturing and trading houses were all men. Now most clerical work in Europe and North America is performed by women” (BRUCE; YARLEY, 2006, p.105)

enxergada como planejamento de investimento na carreira. Com o avanço da idade do casamento, os diplomas femininos deixaram de ser apenas “bens de consumo” e se tornaram “investimento”. Assim como o trabalho, a educação se torna parte da satisfação pessoal feminina, sendo vista como parte essencial do seu mundo social. A identidade é adicionada à decisão e a educação e o trabalho se tornam “stickiers”. Por outro lado, Blau, Ferber e Winkler (1998) argumentam que a menor vida profissional feminina reduz os benefícios do investimento em educação. Segundo as autoras, o tempo que será passado fora do mercado de trabalho por causa do trabalho não remunerado (filhos ou lar), tornará mais lento o acesso aos benefícios da educação. De qualquer forma, uma vez que a decisão de aumentar sua educação é tomada, sua permanência no trabalho também é aumentada, já que o custo oportunidade para sair do mesmo também cresce. Apesar disso, as mulheres casadas ainda eram assalariadas secundárias em seus lares. O ensino superior ainda era mais um lugar para conhecer um possível marido do que para começar uma carreira. Assim que os salários reais aumentaram, a participação na força de trabalho de mulheres casadas aumentou mesmo se o ganho das mulheres em relação aos homens aumentou apenas ligeiramente¹².

Acompanha a educação o fenômeno da queda da fertilidade que, por sua vez, aumenta o custo oportunidade do acesso ao trabalho remunerado feminino. A diminuição das famílias é um ponto relevante. Quem cuida de mais pessoas tende a valorizar mais o trabalho “não de mercado” e reprodutivo, sendo forçado a exercê-lo. Neste ponto, o salário da família é fator importante na decisão de deixar ou não o trabalho para se dedicar de forma integral ao trabalho reprodutivo fora do mercado e ficar com os filhos: a literatura aponta que famílias com salários superiores o fizeram, enquanto mais pobres não.

A geração seguinte, por sua vez, investiu mais na sua formação, em diplomas com melhor remuneração, se tornando mais valiosas para o mercado de trabalho. A idade para o casamento também aumentou, inclusive pelo início do uso da pílula, que se espalhou entre a população jovem e solteira. Nesta fase, Goldin (2006) atribui ao feminismo, juntamente com pílula e o aumento do divórcio, ter encorajado mulheres e pensarem de forma independente, ou melhor, a conseguirem se enxergar sem estar necessariamente atreladas a uma figura masculina. As esposas se tornaram cada vez

¹² No Brasil, Avelino e Menezes Filho (2003) apontam na mesma direção, indicando que o aumento se deve principalmente ao aumento real dos salários das mulheres.

menos uma força secundária de trabalho ou apenas as pessoas a ocuparem os restos do mercado, assumindo uma posição mais independente. No que concerne os efeitos renda e substituição da oferta de trabalho, estes mudaram novamente nos 80 e 90: a oferta de trabalho feminino não era altamente elástica e ainda respondia ao salário do marido. Até os anos 1990 as taxas de participação femininas cresceram sem parar, estacionando por volta de 76% nos Estados Unidos, com o maior crescimento de participação entre as mulheres casadas e com filhos, muito embora as crianças sejam o fator que mais afasta as mulheres do trabalho.

Enfim, no cenário mais atual à partir dos anos 1990, Goldin (2006) aponta uma mudança contundente na percepção do envolvimento feminino no mercado de trabalho, distinguindo-o em três âmbitos: i) horizonte: a percepção que seu investimento em capital humano será duradouro e não intermitente; ii) identidade: se a mulher encontra individualidade no trabalho, dando vazão para suas necessidades enquanto ser humano; iii) tomada de decisão: se suas decisões em relação a sua participação são tomadas de forma conjunta e não como força secundária no núcleo familiar. Nos parece, portanto, que ao assumir esta nova posição, a mulher galga um novo papel na sociedade enquanto trabalhadora, mas também trata de ressignificar o sentido do trabalho em sua vida e em seu núcleo familiar.

2. PROPOSTA METODOLÓGICA

2.1 Premissas teóricas

A hipótese do *U-shape* da relação da participação feminina na força de trabalho e desenvolvimento econômico dos países foi encontrada por diversos trabalhos (BOSERUP; 1975, MADEIRA; SINGER; 1975, GOLDIN; 1994, MAMMEN; PAXSON, 2000; OLIVETTI, 2013). Eles apontam que, em um primeiro momento, quando a renda de um país é baixa e neste dominam a agricultura e as atividades familiares de subsistência, as mulheres participam em grande medida do mercado de trabalho: são trabalhadoras em terras próprias e integram os negócios familiares. Em seguida, com o avanço do desenvolvimento, quando a renda nas economias aumenta devido à expansão do mercado, da indústria ou das melhorias da tecnologia, podemos observar que a participação feminina cai. Neste momento, é possível que o trabalho feminino seja incorporado pela família e a mulher passe a se dedicar exclusivamente ao trabalho fora do mercado, ou seja, à atividade reprodutiva no lar. Goldin (1994) atribui

este movimento ao efeito renda, em que a troca das horas de trabalho não compensa o salário recebido fora do ambiente doméstico. O aumento do salário do marido, portanto, tem como efeito manter a mulher em casa. Muito embora haja o aumento da oferta de emprego na economia e dos possíveis trabalhos para a força de trabalho feminina, neste momento são oferecidas principalmente ocupações “blue collar” (expressão utilizada para denominar o trabalho braçal, na construção, nos transportes, na indústria etc.), que impede as mulheres de trabalharem por razões atribuídas pela autora ao estigma social. Com o posterior e contínuo desenvolvimento, os níveis de educação aumentam principalmente para os homens, melhorando para as mulheres apenas mais tarde.

Num terceiro momento, a educação feminina melhora, alcançando o mesmo patamar da masculina, e o valor do tempo da mulher no mercado de trabalho aumenta relativamente ao custo de sua permanência em casa. Elas finalmente retornam ao mercado de trabalho. Desta forma, as mulheres começam a ocupar os novos postos disponíveis, dentre os quais se destacam os serviços (“white collar”¹³). Enfim, as mulheres passam a ocupar uma posição crescente e consolidada no mercado de trabalho, vendo sua participação aumentar em números relativos e absolutos.

Partindo da premissa teórica da relação *U-shape*, este trabalho pretende transpor sua análise para dois países específicos, o Brasil e a Índia. A teoria, que foi desenvolvida para explicar a diversidade entre países dentro do panorama global, nesta pesquisa será testada dentro dos países selecionados usando a diversidade em termos de renda dentro de cada um. Desta forma, iremos substituir a medida do PIB nacional dos painéis globais por locais, inferindo as participações nos diferentes níveis de renda dentro da população feminina brasileira e indiana. Nosso objetivo será buscar encontrar o fenômeno nas duas nações, investigando se atuam da mesma forma e dentro de qual padrão. Nos debruçaremos sobre estes países porque acreditamos que a generalização que leva em conta múltiplos países e atribui suas trajetórias de participação feminina a fatores comuns pode dar pistas falsas sobre os processos deste tipo de fenômeno. Ao pensar todas as nações dentro de uma mesma linha explicativa que atribui o aumento da participação feminina no mercado de trabalho ao PIB nacional, assume-se que as variáveis respondem de maneira uniforme e dentro da mesma direção e, no limite, que o

¹³ “Originally a US term that was used in contrast with ‘bluecollar’ or manual worker, this is usually used now for the lower reaches of the service class: non-manual workers with fairly routine Jobs” (BRUCE; YARLEY, 2006, p. 318)

aumento da participação feminina está ligado apenas ao aumento da riqueza de um país. Contudo, apesar da expansão econômica que os países observaram, enquanto o Brasil vivenciou o aumento da sua mão-de-obra feminina nos últimos 50 anos, a Índia viu sua queda de 23% nos últimos 25 anos. Desta forma, reiteramos o risco de generalizar a participação feminina no mercado de trabalho: dois países que teriam fatores semelhantes para estabelecer a trajetória da participação feminina no mercado de trabalho têm resultados distintos. Esta relação, a nosso ver, dificilmente poderá ser reduzida apenas à relação entre PIB per capita nacional e taxa de participação. Compreendemos que os esforços da literatura apontem mais para uma tendência do que para uma leitura singular, buscando um movimento geral dentro de um quadro maior do desenvolvimento econômico das nações em um amplo arco de tempo. Entretanto, acreditamos que fazer esta escolha é assumir que a compreensão global apresenta limitações quando atribui às explicações do fenômeno observado apenas às variáveis levadas em consideração. A presente pesquisa, portanto, não irá assumir que todos os países viram a transformação da sua força feminina de trabalho devido ao aumento do PIB per capita nacional e sua consequente transformação das atividades. Embora seja possível constatar que estas variáveis exerçam um papel importante na transformação das ocupações das mulheres, nossa premissa irá preferir se debruçar sobre dois países de forma detalhada para verificar se é possível reencontrar a relação *U-shape* dentro de cada um deles no nível nacional para diferentes níveis de renda. Iremos tentar apontar se estes mesmos fatores poderiam exercer influência preponderante sobre a participação feminina na força de trabalho, em qual medida o fariam e tentar retraçar a parábola decompondo a população por cada decil de renda per capita. Assim, deslocaremos a hipótese da macroeconomia para mensurar de maneira quantitativa a participação feminina na força de trabalho em cada país. Deste modo acreditamos que será possível pensar na hipótese da influência de fatores atribuídos a consequências diretas das normas sociais e/ou estigmas que não permitem que as mulheres tenham o mesmo acesso que os homens ao mercado de trabalho, não apenas dentro do próprio país, mas na tendência mundial apontada pela literatura apresentada anteriormente.

A segunda parte do trabalho irá se valer da descrição estatística da população feminina que trabalha. Olhando cada população nacional separadamente, tentaremos compreender como ocorre a inserção feminina no mercado de trabalho nestes dois países. Partindo da premissa da complexidade que a temática de gênero carrega ao levarmos em conta a interseccionalidade, iremos nos valer de uma abordagem

intercategórica da complexidade como ferramenta metodológica conforme foi proposto por McCall (2005). Segundo a autora, as categorias tradicionais das pesquisas sociais não conseguem dar conta da diversidade e das diferenças dentro de um grupo social, no nosso caso a população feminina que trabalha. Muito embora as estruturas de raça, nacionalidade, classe e gênero possam ser consideradas essenciais nas discussões e abordagens teóricas, não conseguem determinar a textura complexa que permeia as relações dos seus membros, apesar do mais detalhado nível de desagregação (MCCALL, 2005, p.1782).

Contudo, nosso objetivo não será negar a relevância das categorias em suas dimensões materiais e discursivas, mas focar no processo que as produz. A abordagem intercategórica – também conhecida como abordagem categórica –, parte da observação das relações de desigualdade entre os grupos sociais constituídos, tendo como objetivo principal esmiuçar estas relações. Portanto, as relações de desigualdade entre os grupos sociais não são levadas em conta como contexto, mas compõem a análise em si. A abordagem categórica foca na complexidade das relações entre diferentes grupos sociais dentro e entre as categorias analíticas, e não nas complexidades dentro de grupos sociais e categorias únicas. Desta forma, o estudo que pretendemos fazer nesta pesquisa será capaz de analisar a intersecção de conjuntos inteiros de dimensões de múltiplas categorias, comparando formalmente cada um dos grupos que as compõe. Aqui, a complexidade será levada em conta de forma comparativa para podermos nos debruçar sobre os contextos do Brasil e da Índia.

Aos olhos das abordagens qualitativas, o que parece à primeira vista ser uma abordagem reducionista – minimizando a análise a um conjunto de relações entre algumas variáveis – se mostrará, enfim, uma maneira sintética e holística que espera ajudar a compor as várias peças de uma análise. Assim, poderemos aportar mais complexidade na interpretação do que um modelo linear, observando os efeitos das variáveis nos diferentes grupos. A desigualdade será, portanto, decomposta, e esperamos indicar que alguns fatores podem criar consequências diferentes para grupos de mulheres brasileiras e indianas. Esta pesquisa pretende se valer destas diferenças sem assumi-las como a priori, mas para explorar a natureza e a dimensão destas diferenças e desigualdades. Acreditamos que não seria possível existir uma dimensão única de tantas camadas de desigualdade de forma a descrever adequadamente a estrutura de múltiplas e interseccionais dimensões da condição feminina. Como ocorre nos estudos de gênero,

as abordagens tendem a ser fragmentadas, mas capaz de se versar sobre a multidisciplinariedade e interdisciplinaridade para uma compreensão mais completa da pergunta colocada na pesquisa.

Desta forma, pretendemos jogar luz sobre os aspectos dos casos escolhidos que seriam relevantes para a questão posta e como tais eles se encaixam. No caso do presente trabalho, a comparação entre os dois países irá servir para testar se a teoria apresentada é aplicável (ECKSTEIN, 1992), procurando responder às perguntas da pesquisa examinando os conceitos e se a teoria será capaz de fornecer explicações adequadas às observações particulares.

2.2 Justificativa da escolha dos casos

Ao contrário do que ocorre nos estudos de probabilidade em que um fenômeno no qual temos como pressuposto que "sob certas condições, é provável que x irá produzir certos efeitos", prevendo que o efeito de uma variável sobre a outra tem chances de ocorrer, o estudo comparativo entre dois países nos permite interpretar culturalmente ou historicamente a importância do fenômeno em questão (RAGIN, 1994). Desta forma, a participação da força de trabalho feminina na Índia e no Brasil deverá ser considerada levando em conta não apenas a economia – a taxa de participação no mercado de trabalho, a renda do domicílio etc. –, mas sua história recente e os hábitos socioculturais, principalmente no que concerne o papel da mulher nestas sociedades.

Mas por que justamente estes dois países? Por que não outros? Um dos motivos pelos quais se deu a escolha destas duas nações é pelas suas semelhanças no campo do desenvolvimento econômico que torna possível aproximá-los para uma comparação. Trata-se de dois países que se enquadram no que a literatura chama de “em desenvolvimento”¹⁴ e observamos em ambos uma elevada desigualdade de renda, tanto

¹⁴ A literatura sobre o papel das mulheres no desenvolvimento é controversa. Problematizada inicialmente por Boserup (1970), a abordagem denominada WID (Women In Development) conclui que o processo de desenvolvimento econômico afeta a posição das mulheres e sua situação na divisão sexual do trabalho, deteriorando-as. A modernização do desenvolvimento poderia trazer efeitos indesejáveis às mulheres, demandando soluções capazes de integrar de forma mais efetiva a mulher no sistema econômico. As feministas liberais contemporâneas queriam garantir que as mulheres tivessem maior acesso à empregos e posições de tomada de decisão. Por sua vez, para conseguir integrar mulheres à economia *mainstream*, reformas econômicas, políticas e sociais deveriam ser feitas (YOUNG, 1993). Nos anos 1980 teve início a

entre indivíduos quanto regionalmente. São países de grande população e território, com relevante atividade econômica, apesar dos “não altamente positivos” indicadores sociais nas áreas de saúde, educação e produtividade, distinguindo-os dos países médios e pequenos da periferia, mas evidenciando seu potencial (GUIMARÃES, 1998). Além disso, verificamos uma grande extensão e diversidade de mulheres trabalhadoras, que podem ser encontradas em todas as faixas de renda à partir da análise dos dados disponíveis. Embora os extremos populacionais representados nas curvas sejam relevantes, é possível encontrar em ambos os países uma vasta classe média, onde a trabalhadora assume um lugar importante.

No que concerne o papel da mulher, a escolha do caso indiano buscará colocar em evidência seu não pertencimento ao grupo de países considerados em desenvolvimento e nos quais a mulher vem galgando paulatinamente mais espaço no mercado de trabalho. A Índia tem umas das mais baixas taxas de participação feminina entre os países emergentes e em desenvolvimento (DAS et al, 2015). Portanto, seu caso é especialmente relevante porque embora seus indicadores econômicos sejam positivos, em grande parte do país ainda prevalecem formas patriarcais de relações sociais, políticas, cívicas e culturais que restringem, entre outras coisas, o acesso feminino ao trabalho. Nesta sociedade, as expressões de tais relações se apresentam sob a forma de herança familiar patrilinear, a residência após o matrimônio permanecendo no local do

produção do Efficiency Approach, que coincide com a popularização do modelo econômico neoclássico (neoliberal). Esta abordagem enxerga a mulher como uma peça não utilizada na eficiência do modelo do desenvolvimento econômico, buscando garantir que o desenvolvimento seja mais eficiente e eficaz através da contribuição econômica feminina. A principal ideia é que o aumento da participação irá automaticamente trazer mais igualdade. A abordagem sofreu críticas por tirar o foco da mulher e colocá-lo essencialmente na economia, falhando na compreensão de entender do desenvolvimento como um processo multidimensional que não se restringe à economia, mas às questões sociais e culturais que podem não transformar o papel da mulher na sociedade. Para Razavi e Miller (1995), filiadas à abordagem denominada Gender and Development (GAD), as mulheres devem ser agentes da mudança ao invés de recipientes passivas dos esforços do desenvolvimento, com forte ênfase na emancipação. O WID acredita que a melhoria da situação econômica da mulher levará automaticamente ao seu avanço em outras esferas de suas vidas. O GAD não é tão otimista: a fraqueza da posição feminina nas estruturas políticas e socioeconômicas, assim como seu limitado poder de barganha, coloca as mulheres em posição bastante desvantajada. A GAD sugere que o estado pode ter um papel importante no que concerne a emancipação feminina, sendo o principal alocador de capital social. Uma estratégia importante é o “gender mainstreaming” (consciência de gênero), que tem como objetivo aumentar a consciência em todas as áreas e níveis da vida pública para esta questão.

marido, a liberdade de movimento restrita e a violência contra a mulher, seja sob a forma de estupro, na negligência a meninas – segundas e terceiras filhas – e também no importante problema do aborto seletivo¹⁵. Culturalmente, a mulher ainda detém muitas obrigações e poucos benefícios dentro de casa. A quantidade de nascimentos e sobrevivência de mulheres é proporcionalmente inferior aos homens. Há, contudo, algumas diferenças regionais: no norte do país há menos participação feminina na força de trabalho, enquanto nos estados do sul há mais liberdade e mais presença feminina no trabalho. A discriminação de gênero reduz a quantidade de talento disponível para a produção e o trabalho, com consequências econômicas negativas. As implicações deste estigma sobre a mão-de-obra feminina afetam o mercado de trabalho no equilíbrio dos salários, na alocação de talentos em posições de trabalho e gerência, no investimento em educação e, por fim, no crescimento econômico (CHAMARBAGWALA; RANGER, 2006). Tais tradições se refletem na Índia apresentar uma das mais baixas taxas de participação feminina na força de trabalho entre os países emergentes e em desenvolvimento. Esta é de 33% a nível nacional em 2012, bem abaixo da média global de cerca 50% e média da Ásia Oriental de cerca 63%. A Índia é o segundo país mais populoso do mundo, com uma estimativa de 1,26 bilhão de habitantes em 2014 e, não obstante, sua taxa de participação feminina na força de trabalho de 33%, implicando que apenas 125 milhões dos cerca de 380 milhões de indianas em idade de trabalho estão à procura de trabalho ou estão atualmente empregadas. Além disso, a desigualdade de participação entre os gêneros na Índia também é uma das maiores entre as economias do grupo G-20. A participação feminina na força de trabalho também vem caindo, em contraste com a maioria das outras regiões, particularmente desde 2004/05 (KAPSOS; SILBERMAN; BOURMPOULA, 2014, KLASSEN; PIETERS, 2012). A estratégia de estudo de caso, portanto, nos aparece como relevante pois permitirá comparar o caso indiano ao brasileiro, já que conforme suas taxas de participação feminina no mercado de trabalho irão apresentar, não acompanha a tendência mundial de crescimento e integração da mulher como no Brasil e no resto do mundo. O Brasil, por sua vez, deverá conseguir se enquadrar na hipótese do *U-shape* apesar da persistência da desigualdade e

¹⁵ Em alguma medida, muitas sociedades apresentem a preferência por filhos. No entanto, esta característica cultural é forte o suficiente para mostrar níveis substanciais de taxas de mortalidade infantil feminina, tornando-se evidente em países do sul e do leste da Ásia, incluindo a China, a Coreia do Sul e Índia. O fenômeno agravou-se com a popularização da tecnologia de ultrassom, que potencializou o aborto seletivo. (DAS GUPTA et al, 2003)

dos desafios impostos pelo desenvolvimento econômico das nações ditas emergentes (GUIMARÃES, 1998, LIMA, 2012)¹⁶. Dado o crescimento do protagonismo associado a ambos, compreender como ocorre a inserção feminina no mercado de trabalho de cada um dos países pode servir de referência dentro das pautas que serão apresentadas por ambos em suas respectivas agendas de desenvolvimento. Enfim, o presente trabalho não terá como interesse primordial compreender o porquê dos fenômenos apresentados, mas se debruçar sobre o como. Ao buscar delinear as várias faces que já apresentamos acima de ambos os países, tentar compreender à luz deste cenário o movimento da participação feminina no mercado de trabalho.

3 ANÁLISE DOS DADOS – BRASIL

3.1 Apresentação dos resultados

A presente dissertação se propõe a analisar a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) por amostra probabilística de domicílios, de abrangência nacional, que produz “informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país e permite a investigação contínua de indicadores sobre trabalho e rendimento” (IBGE, 2016). Nosso trabalho escolheu o ano de 2011 por ser a pesquisa mais recente disponível que pudesse ter base de comparação temporal análoga com os dados indianos

¹⁶ Ademais, vale sugerir que na última década observamos a aproximação dos dois países através de cooperações bilaterais, mas também de demandas políticas coordenadas nas áreas de comércio, arquitetura financeira, mudança climática e segurança coletiva. Sua aproximação na busca de maior protagonismo no cenário internacional vislumbra uma identidade que permite colocar os países dentro de um mesmo ponto de partida enquanto países em desenvolvimento, com desafios e interesses em comum. Embora não existam relações bilaterais estreitas, ambos caminham em posicionamentos que representam demandas por maior importância do multilateralismo em defesa dos países em desenvolvimento, configurando uma relação constitutiva de identidades e interesses, com pautas convergentes no âmbito da governança internacional (CARDOZO, 2012, p.14). Neste novo cenário, é possível vislumbrar que países como o Brasil e a Índia assumam maior participação no processo de pautar os grandes temas das agendas internacionais. Ambos conseguem se encaixar na categoria Sul, que reúne as nações que reconhecem a composição de uma demanda comum ao se enxergarem à margem deste processo. Embora existam elementos de identificação na relação entre Brasil e Índia, não é possível afirmar que eles tenham uma relação causal direta onde convergem interesses. Contudo, ambos demonstram crescente interesse pela multipolaridade e maior democratização da ordem internacional, principalmente no que concerne o poder decisório, colocando-os lado a lado no processo de galgar posições maiores no cenário internacional.

– no caso a NSSO de 2011-2012¹⁷ – que consideramos ser o tipo de pesquisa homóloga da Índia para amostra de domicílios.

Primeiramente, reproduzimos a curva *U-shape* da função entre PIB per capita e participação feminina da força de trabalho utilizando os dados da PNAD de 2011. Para isso, utilizamos as variáveis de taxa de participação feminina no mercado de trabalho (pessoa do sexo feminino, se é ou não ativa) e renda familiar. A primeira foi calculada através da variável que indica se a mulher tem “Condição de atividade na semana de referência para pessoas de 10 ou mais anos de idade”¹⁸, excluindo posteriormente as pessoas com idade inferior a 16 anos, por considerarmos que esta população não poderia ser considerada força de trabalho dos critérios da PEA. A população foi calculada com o resultado do total de mulheres que trabalham em relação ao total de mulheres da amostra. Esta variável dependente foi colocada no eixo Y do gráfico (“Participação da mulher no mercado de trabalho”). A variável independente aparece no eixo X (“Decis de Renda per capita, exclusive a renda da mulher”), que utiliza a variável “Rendimento mensal do trabalho principal para pessoas de 10 ou mais anos de idade”¹⁹, que decomparamos posteriormente em decis de renda. A renda da mulher foi excluída do total da renda, implicando apenas a renda do lar ou do cônjuge. Desta forma, evitamos o erro de encontrar maior participação em lares com maior renda, já que onde a mulher tem renda, necessariamente a renda do domicílio como um todo será maior, dado que esta seria contabilizada no total da renda do domicílio. Segundo a PNAD, também não é possível inferir diretamente a renda da mulher. Para tanto, buscamos solucionar este problema metodológico usando a renda da mulher como sendo a renda do entrevistado caso seja uma mulher e trabalhe. Neste ponto, precisamos fazer uma ressalva, já que conseguimos saber se a mulher trabalha apenas no caso de ela ter respondido a pesquisa e, assim, acreditamos estar subestimando a participação da mulher no mercado de trabalho para os decis mais altos de renda. Da mesma forma, optamos por excluir os valores das mulheres chefes de domicílio ao calcularmos a renda subtraindo a renda da mulher do total. Nestes casos, os resultados negativos foram substituídos por zero, o que implicou no acúmulo desta população no primeiro decil de renda (o que poderá ser observado em todos os gráficos da análise brasileira e também na indiana, apresentada

¹⁷ A NSSO tem como ano base o período de julho a julho de cada ano, que corresponde ao ano agrícola indiano.

¹⁸ Variável de código V4704 do Dicionário de Variáveis da PNAD Arquivo de Pessoas, Microdados da Pesquisa Básica 2014

¹⁹ Variável de código V4718 do Dicionário de Variáveis da PNAD Arquivo de Pessoas, Microdados da Pesquisa Básica 2014

mais a frente). Esta escolha foi a única forma encontrada pela pesquisa de conseguir calcular a renda do domicílio exclusive a renda da mulher para evitar a endogenia.

O resultado obtido reproduz a curva em U, conforme pode ser observado na Figura 1, abaixo:

Gráfico 1 Relação entre a participação da mulher no mercado de trabalho e os decis de renda per capita (Brasil)(Fonte: PNAD – produção da autora)

O gráfico nos permite verificar que, de forma geral, a curva gerada pelas variáveis de dados brasileiros reproduz o resultado previsto pela literatura no que diz respeito a participação feminina no mercado de trabalho. A parábola indica, portanto, que a mulher inserida num contexto de menor renda participa de forma muito mais ativa no mercado de trabalho: do primeiro ao terceiro decil a participação é alta, indo de quase 100% para cerca de 30%. Conforme a renda do seu domicílio aumenta, sua participação cai: do terceiro até o oitavo decil, a participação se mantém constante, variando ao redor de 20% e chegando ao mínimo de 15% no sétimo decil. A partir do oitavo decil, a participação volta a subir para até 30% de participação.

Na sequência, utilizaremos a PNAD para olhar com detalhe para o perfil da

Decis de Renda	Recorte por Escolaridade		Recorte por Raça				
	Alta	Baixa	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
1	17,6%	2,9%	12,1%	9,6%	10,9%	8,1%	7,9%
2	11,0%	9,2%	8,3%	12,3%	10,9%	11,4%	13,5%
3	4,7%	14,8%	5,8%	9,7%	5,8%	13,8%	18,5%
4	6,4%	13,4%	7,3%	11,1%	7,4%	12,4%	10,1%
5	7,4%	12,5%	8,1%	11,1%	6,8%	11,7%	10,2%
6	8,3%	11,8%	9,4%	10,8%	6,9%	10,7%	10,5%
7	8,6%	11,0%	10,6%	9,5%	9,6%	9,2%	7,3%
8	11,6%	9,5%	13,0%	9,2%	11,1%	8,4%	7,6%
9	12,4%	6,7%	13,0%	6,8%	15,3%	6,6%	6,0%
10							8,5%
Tot							100%

Tabela 1 Distribuição de frequência das variáveis segundo decis de renda (Brasil)

(Fonte: PNAD/produção da autora)

mulher trabalhadora no Brasil. A pesquisa buscará investigar se a relação entre a

participação da mulher no mercado de trabalho e a renda do domicílio irá variar entre

grupos, observadas segundo variáveis que consideramos relevantes para delinear o que

pode operar para modificar sua relação como mão-de-obra. São essas: escolaridade,

raça, local – rural ou urbano – e região (unidade da federação) que apresentaremos a seguir. Seguem também quatro tabelas de frequência que levam em conta as mesmas variáveis distribuídas para os decis de renda. Nas Tabelas 1 e 2, podemos observar a distribuição da população feminina entre os decis dentre as categorias de cada recorte

Decis de Renda	Recorte por Região					Recorte por Zona	
	Norte	Nordeste	CentroOeste	Sudeste	Sul	Urbano	Rural
1	7,5%	7,0%	11,8%	11,0%	13,2%	11,2%	3,2%
2	10,8%	13,2%	8,8%	8,8%	7,7%	9,7%	12,7%
3	15,8%	16,7%	4,6%	6,1%	3,8%	7,6%	22,9%
4	13,2%	13,7%	7,8%	8,3%	5,8%	9,1%	15,0%
5	11,7%	11,6%	9,0%	10,2%	7,6%	9,8%	11,5%
6	10,0%	9,7%	11,3%	10,8%	9,9%	10,2%	9,5%
7	8,5%	7,9%	11,0%	10,6%	11,9%	10,1%	8,6%
8	7,8%	6,2%	12,3%	12,1%	15,0%	11,3%	6,1%
9	7,2%	5,9%	11,2%	10,2%	13,6%	10,4%	4,5%
10	7,4%	8,0%	12,4%	11,9%	11,4%	10,7%	6,0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Tabela 2 Distribuição de frequência das variáveis segundo decis de renda (Brasil)
(Fonte: PNAD/produção da autora)

realizado. Nas Tabelas 2 e 3, podemos observar a distribuição da população dentro de cada decil segundo as variáveis²⁰. As cores das tabelas foram atribuídas conforme um mapa de calor, onde o verde representa maior concentração de população, passando pelo amarelo e chegando ao vermelho, com menor concentração da população. Vale ressaltar que as cores são também medidas relativas, que podem variar conforme os números encontrados dentro da mesma variável²¹.

²⁰ O Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM), produzido pela Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres da Presidência da República e publicado em 2013, aponta que o atual estágio de desenvolvimento econômico brasileiro lança as bases para uma transição demográfica que coloca as mulheres em evidência, traçando a consolidação de um novo perfil populacional. Nos últimos anos houve um aumento das famílias monoparentais femininas (chefiadas por mulheres), chegando ao índice de 40% nas zonas urbanas. A escolaridade feminina já ultrapassa a masculina em todas as faixas etárias e em todos os níveis de formação. Enquanto pouco mais de 50% das mulheres estão no mercado de trabalho ou à procura de emprego, o mesmo ocorre com 73% dos homens. Segundo o relatório, contribuem para esse cenário, principalmente: i) a ainda persistente divisão sexual dos trabalhos; ii) a falta de equipamentos públicos, como creches e pré-escolas, que possam liberar as mulheres de renda mais baixa para o trabalho remunerado; e iii) a não consideração, entre a população economicamente ativa, de mulheres que contribuem de maneira significativa para a economia brasileira: as donas de casa.

²¹ A leitura das tabelas deverá levar em conta o peso, que é sempre da categoria com população maior. Por exemplo, os altamente escolarizados são maioria (171.053 x 128.489 no total do base; 125.875 x

3.2 Análise dos Dados

3.2.1 Escolaridade

Medida por anos de estudo²², a variável escolaridade será utilizada para buscarmos investigar qual a influência que pode decorrer desta na participação feminina no mercado de trabalho. No Brasil, a escolaridade parece ser um indicador importante para entendê-la. Mantendo a participação da mulher no mercado de trabalho no eixo da

Decis de renda	Recorte por Região						Recorte por Zona		Total
	<i>(Tabela 4 Distribuição de frequência da população nas variáveis segundo decis de renda (Brasil) (Fonte: PNAD/produção da autora)</i>						ana		
1	12,7%	20,2%	11,9%	33,8%	21,3%	100%	4,6%	95,4%	100%
2	11,2%	30,2%	14,8%	28,3%	15,5%	100%	10,8%	89,2%	100%
3	4,8%	50,6%	21,8%	15,5%	7,4%	100%	40,3%	59,7%	100%
4	8,1%	39,2%	19,5%	22,3%	10,9%	100%	28,7%	71,3%	100%
5	9,7%	34,5%	17,0%	25,0%	13,8%	100%	25,2%	74,8%	100%
6	10,5%	27,2%	15,7%	28,1%	18,5%	100%	21,5%	78,5%	100%
7	11,1%	25,3%	14,2%	27,6%	21,8%	100%	25,9%	74,1%	100%
8									100%
9									100%
10	8,8%	25,2%	13,4%	36,1%	16,6%	100%	8,9%	91,1%	100%
Geral	11,1%	27,6%	14,4%	29,5%	17,4%	100%	12,6%	87,4%	100%

Gráfico 2 Relação entre a participação da mulher no mercado de trabalho e os decis de renda per capita segundo a escolaridade (Brasil)(Fonte: PNAD – produção da autora)

variável dependente e os decis de renda do domicílio divididos em decis no eixo da variável independente, separamos a escolaridade em três medidas. Definimos escolaridade baixa por 8 ou menos anos de estudo (até o fim do ensino fundamental) e escolaridade alta por 8 ou mais anos de estudo (ensino médio e ensino superior). O total foi mantido para estabelecer a média entre ambas.

Segundo o Gráfico 2, a escolaridade parece exercer influência positiva na taxa de participação da mulher no mercado de trabalho. A participação da mulher com 8 ou mais anos de estudo se encontra acima da média e da participação da mulher com até 8 anos de estudo a partir do terceiro decil de renda, se mantendo acima até o último decil de renda. No segundo decil, a participação da mulher com baixa escolaridade está acima da alta escolaridade, o que podemos interpretar como uma participação mais importante embora menos qualificada no mercado. No fim da curva, podemos observar a hipótese sobre o efeito substituição: as mulheres com alta escolaridade participam mais do mercado de trabalho porque têm maiores salários, enquanto as menos educadas continuam em casa.

Os resultados da Tabela 2 indicam da mesma forma que entre as mulheres que trabalham, as maiores frequências de participação estão nos decis inferiores e superiores de renda, com 17,6% e 11% no primeiro e segundo decil respectivamente, 11,6%, 12,4% e 12% nos três últimos decis. Os mais baixos se encontram nos níveis intermediários de renda, entre 4,7% no terceiro decil e 8,6% no sétimo decil. A Tabela 3 reforça os resultados encontrados, com maior proporção de mulheres que trabalham na variável de alta escolaridade para todos os decis de renda, exceto o terceiro.

A literatura aponta para o mesmo sentido. No período que antecede nossa análise, entre os anos de 1982 e 2002, aumentou a taxa de participação feminina na força de trabalho com uma relação positiva com o aumento da educação no mesmo período. Nestas duas décadas, seu aumento médio foi de de 2,7 anos, com crescimento do grupo de mulheres que possuem entre 8 e 11 anos de estudo (SCORZAFAVE; MENEZES-FILHO, 2005). Lavinhas, Amaral e Barros (2000) nos mostram que as mulheres nas pontas da escolaridade têm maiores níveis de emprego, sendo que o desemprego afeta sobretudo as mulheres de nível escolar intermediário (primeiro e segundo grau completos), com taxas que são o dobro das altamente escolarizadas (superior) e nenhum nível de escolaridade. Bruschini (1998) aponta que mulheres de maior escolaridade, assim como os homens, têm maior participação no mercado de trabalho, mas também “porque podem ter atividades mais gratificantes e bem

remuneradas, que compensam os gastos com a infraestrutura doméstica necessária para suprir sua saída do lar” (BRUSCHINI, 1998, p. 37). Contudo, os investimentos em educação das mulheres para o mercado de trabalho não são tão bem remunerados como os homens, já que persistem as maiores diferenças salariais nos mais altos cargos (MADALOZZO, 2008), sinalizando a persistência de desigualdade de gênero no trabalho apesar de maior igualdade na educação.

3.2.2 Raça

Gráfico 3 Relação entre a participação da mulher no mercado de trabalho e os decis de renda per capita segundo a raça (Brasil) (Fonte: PNAD/produção da autora)

Categorizada segundo as nomenclaturas da própria PNAD, a variável raça²³ foi utilizada nas seguintes distinções de cor: indígena, parda, preta, amarela e branca. A variável nos parece relevante para traçar um perfil da mulher que trabalha no Brasil levando em conta a questão da interseccionalidade, que reitera a importância de incluir raça quando pensamos gênero. Considerando os resultados apresentados no Gráfico 3, a mulher indígena se destaca como a que possui as maiores taxas de participação no mercado de trabalho, seguida pela amarela. A branca aparece em último, enquanto a parda e a negra se confundem através do gráfico, mostrando resultados aproximados de

²³ Variável de código V0404 do Dicionário de Variáveis da PNAD Arquivo de Pessoas, Microdados da Pesquisa Básica 2014

participação. Segundo a Tabela 1, fica mais claro percebermos os padrões de maior participação entre as brancas e amarelas. Entre as mulheres de raça negra e parda, os níveis nunca chegam a alcançar a participação das brancas e amarelas, com máximos que atingem 12,3% e 13,8%, respectivamente. Entre as negras e pardas, a maior participação feminina se concentra nos primeiros decis de renda, até o sexto. Seus maiores índices de participação são atingidos nos níveis intermediários de renda. No caso das indígenas, as taxas de participação também são altas apenas nos primeiros decis de renda, caso no qual iremos nos debruçar mais detalhadamente na sequência. Na Tabela 3, encontramos a maior parte das mulheres trabalhadoras entre as pardas entre o segundo os decis inferiores de renda, o segundo e o sexto decil de renda. À partir deste, as brancas se tornam maioria para os decis que vão do sétimo ao décimo. As negras estão mais presentes nos primeiros quatro decis.

Muito embora seja difícil reunir sob a mesma categoria diferentes povos indígenas, é possível depreender que para esta raça a divisão social do trabalho se dá de forma distinta. As persistentes taxas de participação feminina acima de média apontam, a nosso ver, para duas direções. A primeira seria que a mais baixa renda da população indígena como um todo teria como reflexo a maior participação feminina, respondendo positivamente à hipótese da pesquisa. Na segunda, observamos que as mulheres indígenas estariam menos providas de restrições e estigmas sobre o seu trabalho, sendo mais fácil para elas do que para as mulheres não indígenas trabalhar, no exercício de plantio e na produção e venda de artesanato (FAUSTINO; NOVAK; LANÇA, 2010). Enquanto a divisão de tarefas no domicílio não ocorre segundo a forma tradicional que conhecemos – na dicotomia homem trabalhador e mulher do lar –, a participação no trabalho das mulheres indígenas ocorre mais frequentemente em comparação às negras, amarelas, brancas e pardas. Apesar disso, as taxas de participação continuam subestimadas, já que muitas vezes a mulher indígena não enxerga o próprio trabalho como produtivo:

O trabalho na roça, que na análise da primeira ocupação aparece como predominantemente masculino, na análise das três primeiras ocupações, aparece como uma das principais atividades femininas, abrangendo mais da metade das entrevistadas. Uma das explicações para essa mudança é o fato de que, mesmo desenvolvendo mais de uma atividade, o discurso das mulheres parece aproximá-las mais do universo doméstico, do que de atividades

desenvolvidas fora desse espaço, como é o caso do trabalho na roça.
(TEIXEIRA, 2008, p. 114)

No que concerne a participação da mulher negra, acreditamos que os resultados apresentados na pesquisa também estejam sub-representados e por esta razão, a sua participação no gráfico não traz uma representação mais alta da proporção de mulheres negras no mercado de trabalho. Primeiramente:

Entre as principais características da situação da trabalhadora negra estão (...) a concentração em determinados setores do mercado e em certas atividades cujos salários e condições de trabalho são inferiores. (...) Nos serviços domésticos, por exemplo, as negras estão representadas quase três vezes mais do que as brancas e em atividades tais como serventes, cozinheiras e lavadeiras/passadeiras o percentual para negras é o dobro do das brancas. (BENTO, 1995, p.482)

As atividades precárias realizadas pelas mulheres negras, portanto, são subestimadas nos dados oficiais apresentados pela PNAD. Apesar da pesquisa recolher os dados das trabalhadoras informais e domésticas que aqui integramos na participação feminina na força de trabalho, é possível depreender que uma parte das trabalhadoras informais não tenham se declarado como tal, já que realizam atividades eventuais, “bicos”, tarefas de limpeza, atuando como cuidadoras informais de crianças e idosos e até prostituição. Trata-se de trabalhos que são tornados invisíveis por serem realizados por mulheres e não constituírem atividades principal no domicílio e, assim, não apareçam nas estatísticas. É importante ressaltar aqui a sobreposição de fatores que devem ser levados em conta ao pensarmos a mulher negra que culminam na sua condição enquanto trabalhadoras.

(...) Leque de fatores, a maioria dos quais fruto de desigualdades sociais geradas fora do mercado de trabalho (sua menor escolaridade, o fato de competir em mercados que pagam menores salários), mas com efeitos diretos nos rendimentos auferidos pela trabalhadora negra. (ARAUJO, 2002, p.258)

3.2.3 Localidade

Gráfico 4 Relação entre a participação da mulher no mercado de trabalho e os decis de renda per capita segundo a localidade (Brasil)(Fonte: PNAD – produção da autora)

O Gráfico 4 aponta as taxas de participação feminina separando os locais entre rurais e urbanos²⁴, que sabemos representar um fator relevante no padrão do trabalho. Podemos enxergar com clareza a superior participação da mulher na zona rural que, apesar de começar inferior no primeiro e segundo decis, encontra-se quase 10 pontos percentuais em todos os outros, consistentemente na faixa que vai dos 20 aos 30% de participação. O mesmo ocorre no resultado da Tabela 2, onde encontramos níveis de participação entre 12,7% e 8,6% em mais da metade dos decis (entre o segundo e o sétimo). Os mais baixos, por sua vez, estão no primeiro (de forma isolada) e nos últimos três. Na Tabela 4, o peso da população indica maior proporção na zona urbana, mas devido à superioridade de seus números absolutos.

Entretanto, o resultado obtido no Gráfico 4 aponta para uma estrutura distinta de trabalho no campo, onde a mulher aproxima sua função no lar muito à figura da trabalhadora, através de atividades da roça; a renda, por sua vez, não a exime desta função conforme avança. Além disso, somos levados a crer que estas taxas ainda se

²⁴ Variável de código V4728 do Dicionário de Variáveis da PNAD Arquivo de Pessoas, Microdados da Pesquisa Básica 2014

encontram aquém da proporção encontrada, já que as atividades femininas são menos levadas em conta, mesmo se dedicadas ao trabalho produtivo da lavoura.

(...) [Vemos o] mesmo fenômeno se repetir quando da divisão entre trabalho doméstico e trabalho produtivo. É simples: é doméstico se é atribuição da mulher. Se ela vai para a roça com o marido, é trabalho produtivo, mesmo que o que for colhido seja tanto para vender como para comer. Se cuida da horta e das galinhas sozinha, é trabalho doméstico (PAULILO, 2004, p.245)

O trabalho urbano, por sua vez, mantém a tendência do Gráfico 1, que também diminui a participação nos decis intermediários de renda e aumenta nos decis finais. Foi constatado que entre 1982 e 2002, ocorreu um crescimento da população urbana, com praticamente a mesma proporção de crescimento da TPFT para mulheres em área rural (SCORZAFAVE; MENEZES-FILHO, 2005). Acreditamos que apesar da participação apresentado pelo gráfico, os números também podem estar subestimados face o fato que “a participação das não-remuneradas no comércio, nos serviços e na indústria cresceu entre 1993 e 2005, o que poderia ser considerado um indicador de precarização das relações de trabalho femininas para além do âmbito agrícola” (BRUSCHINI, 2007). Além disso, consideramos relevante ressaltar que no ambiente urbano, a mulher apresenta reiteradas taxas de desemprego apesar da elevação persistente da PEA feminina desde os anos 1990.

3.2.4 Região

No Gráfico 5 realizamos o agrupamento das unidades da federação²⁵ conforme as regiões do país, separando os estados em Região Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Desta forma, pretendemos facilitar a compreensão levando em consideração as dimensões socioeconômicas de cada uma.

²⁵ Variável de código UF do Dicionário de Variáveis da PNAD Arquivo de Pessoas, Microdados da Pesquisa Básica 2014

O resultado obtido nos mostra que os pontos iniciais mais altos de participação

Gráfico 5 Relação entre a participação da mulher no mercado de trabalho e os decis de renda per capita segundo a região (Brasil)(Fonte: PNAD – produção da autora)

ocorrem entre os estados do Sudeste, Sul e Centro Oeste, resultado que se mantém até o terceiro decil. A partir do sexto decil, o Nordeste assume a posição de taxas mais altas, seguido pelo Sul e pelo Norte. Enfim, a região Norte segue com a maior taxa de participação, seguida pelo Sul e pelo Sudeste. A diferença entre as regiões pode ser resultado de diferentes níveis de remuneração em diferentes regiões do mercado de trabalho no Brasil. Por exemplo, ao observarmos a região Nordeste, onde ocorre a maior concentração de negros e a indústria é menos desenvolvida, observamos padrões salariais, inserção setorial, tipo de vínculo de trabalho e tipo de ocupação diferentes, o que reflete em formas de ocupação diferente tanto para homens quanto para mulheres, o que poderia explicar a maior participação feminina nos decis de renda que vão do sexto ao décimo. Neste caso, por se tratar de estados mais pobres e, consequentemente, onde a população tem menor escolaridade, a desigualdade gerada fora do mercado é sentida no mercado de trabalho (ARAÚJO, 2002). A Tabela 2 com recorte por Região aponta para mais trabalhadoras concentradas no primeiro e últimos decis de renda nos estados do Centro-Oeste (11,8% no primeiro e 12,4% no último), Sudeste (11% no primeiro e 11,9% no último) e Sul (13,2 no primeiro e 11,4% no último). Nos estados do Norte e Nordeste, ocorre justamente o contrário, com menos participação no primeiro e últimos decis de renda (7,5% no primeiro e 7,4% no último no Norte e 7% no primeiro e 8% no último no Nordeste). Nestas duas últimas regiões, os números não apontam para a

tendência de *U-shape*, fato que pode ser atribuído à persistência de trabalhos rurais e de subsistência entre a população mais pobre. A Tabela 4 aponta para maior participação das regiões Nordeste e Sudeste em todos os decis de renda, seguidas pelo Sul, Nordeste e, por fim, o Centro-Oeste. No Sudeste a participação é maior nos decis de maior renda, enquanto no Nordeste a participação se concentra nos primeiros decis.

4 ANÁLISE DOS DADOS – ÍNDIA

4.1 Apresentação dos resultados

Na Índia, as pesquisas da NSSO – National Sample Survey Organization – são feitas a cada cinco anos com amostras nacionais representativas que cobrem cerca de 100.000 domicílios a cada rodada, como é denominada cada edição da pesquisa. Segundo o Ministry of Statistics and Programme Implementation (2014), na 68ª rodada, dos anos 2011 a 2012, foram abrangidos 101.724 domicílios (59.700 na área rural e 42.024 na área urbana), com 456.999 pessoas entrevistadas. Isso coloca a pesquisa entre as maiores do mundo sobre emprego. Sua classificação atribui à pessoa entrevistada o status de pertencimento à força de trabalho se ele ou ela trabalhou ou procurou trabalho durante alguma parte do ano de referência. Para a presente pesquisa, fizemos o recorte da PEA com mais de 15 anos, com o total de 163.909 observações.

Historicamente, por causa de fatores tradicionais e culturais, a participação feminina indiana na força de trabalho é menor do que os outros países em desenvolvimento como o Brasil ou a China. Podemos afirmar, portanto, que o mercado de trabalho para as mulheres parece não funcionar de forma completamente competitiva. Apesar do crescimento que foi vivenciado pelo país nas últimas décadas, a renda parece ter um efeito de amortecimento nas taxas de participação femininas, com maiores taxas de participação entre mulheres de baixa renda, o que pode ser atribuído à sua maior necessidade. Por outro lado, o aumento da renda domiciliar da última década retirou as mulheres do mercado, mas ao mesmo tempo, suas habilidades não eram compatíveis com as oportunidades de trabalho disponíveis – além da força do estigma social que as forçava a permanecer confinadas ao trabalho doméstico. Enfim, as taxas de participação como um todo começam a diminuir, respondendo ao efeito previsto pela literatura já mencionada.

Gráfico 6 Relação entre a participação da mulher no mercado de trabalho e os decis de renda per capita (Índia)(Fonte: NSSO/produção da autora)

De forma geral, o Gráfico 6 nos permite inferir que a participação feminina é mais alta no extremo inicial dos decis de renda: especialmente no primeiro²⁶, quando parte de 63%, caindo para 24% no segundo e baixando progressivamente. Entre o terceiro e o sétimo decis podemos verificar uma participação constante – que varia entre 0,22 e 0,15. Diferentemente de como ocorre no caso brasileiro, a curva descendente indica que a mulher indiana de menor renda participa mais ativamente no mercado de trabalho, se mantendo estável ao redor da faixa de 0,20 nos decis médios de renda e caindo abaixo de 0,15 nos últimos. Conforme previsto pela literatura, a renda do domicílio aumenta, a participação feminina cai, respondendo ao efeito renda do cônjuge. No último decil, a participação não sobe, o que pode ser explicado através da ausência do efeito substituição.

Cabe a ressalva que enxergamos a possibilidade de existência da subestimação da participação feminina, com o problema de não reconhecimento do trabalho feminino

²⁶ Vale relembrar que os gráficos indianos sofreram com o mesmo problema metodológico encontrado na PNAD: como forma de evitar a endogenia dos domicílios com renda feminina, sua renda era retirada da renda total do domicílio. Desta forma, todos os lares com mulheres chefes foram contabilizados como tendo renda zero e, assim, automaticamente colocados no primeiro decil de renda, onde a renda seria igual a zero.

nas estatísticas. Este revela o cargo da soma do trabalho produtivo e reprodutivo com restrições sociais e culturais que são impostas às mulheres. Estes fatores representam seu baixo acesso a capital humano, culminando em menores taxas de participação da mulher adulta na força de trabalho do que de homens. Assim como a literatura aponta (DAS et al, 2015; SAMANTROY, 2012; RAWAL; SAHA, 2015), é possível afirmar, portanto, que há grande número de mulheres que trabalham, mas estão invisíveis nos dados do governo por praticarem atividades informais e casuais, o que faz com que sejam representadas desproporcionalmente no trabalho oficialmente contabilizado pela NSSO.

Neste processo, o status econômico do trabalhador homem, o ganhador de pão, é o maior indicador de status social do domicílio. Do outro lado, o trabalho remunerado feminino representa o oposto: o baixo status social feminino e, conseqüentemente, de sua família. Neste caso, a mobilidade social dos domicílios é simbolizada pela participação no mercado de trabalho do homem e pela marginalização da mulher da força de trabalho com a sua “domesticação”. Com o desenvolvimento econômico e aumento da renda do domicílio, essas preferências culturais encontram expressão através da retirada da mulher do mercado de trabalho e seu confinamento à arena doméstica. Esta crença também faz parte do sistema de castas indiano, no qual o valor da pureza feminina se encontra atrelada ao seu isolamento no lar (ABRAHAM, 2013).

Após esta primeira leitura, utilizaremos a NSS para nos determos com mais detalhes nas variáveis que consideramos relevante, como já foi feito com a PNAD brasileira. Como já foi apontado anteriormente, ressaltamos a importância de utilizar o conceito de interseccionalidade para observar diferentes fatores que parecem agir sobre a participação feminina. Além da renda, observamos escolaridade, os grupos sócio-religiosos (castas e tribos) e os termos de interação destes com a localização e região do país.

Decis de renda	Recorte por Escolaridade		Recorte por Grupo Social				Geral
	Alta	Baixa	Other backward class	Others	Scheduled caste	Scheduled tribe	
1	34,8%	25,7%	29,7%	33,2%	26,4%	24,2%	29,0%
2	4,5%	16,2%	12,6%	8,3%	14,8%	13,0%	12,0%
3	4,0%	12,6%	10,2%	7,3%	11,2%	9,5%	9,5%
4	4,6%	11,2%	9,6%	7,3%	10,2%	8,1%	8,8%
5	5,7%	10,8%	10,0%	6,6%	11,1%	7,9%	9,0%
6	6,1%	8,4%	7,7%	6,6%	8,6%	7,7%	7,6%
7	7,5%	7,4%	7,3%	6,9%	7,9%	8,0%	7,4%
8	10,8%	4,4%	5,9%	7,3%	5,0%	9,3%	6,7%
9	9,7%	2,2%	3,6%	6,8%	2,7%	7,0%	4,9%
10	12,2%	1,1%	3,3%	9,7%	2,1%	5,3%	5,1%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Tabela 5 Distribuição de frequência das variáveis segundo decis de renda (Índia)
(Fonte: NSSO/produção da autora)

Tabela 6 Distribuição de frequência da população nas variáveis segundo decis de renda (Índia)
(Fonte: NSSO/produção da autora)

Decis de renda	Recorte por Região						Recorte por Zona	
	Central Zone	East Zone	North East Zone	North Zone	South Zone	West Zone	Rural	Urbana
1	28,8%	36,7%	25,9%	27,1%	30,6%	26,5%	26,3%	33,1%
2	26,2%	20,7%	8,5%	11,5%	7,4%	14,2%	14,2%	8,6%
3	13,3%	11,1%	7,4%	9,3%	8,6%	11,2%	10,9%	7,4%
4	9,7%	8,0%	6,9%	8,4%	9,5%	10,0%	9,7%	7,6%
5	6,8%	6,4%	6,2%	8,0%	11,7%	9,8%	9,8%	7,7%
6	3,8%	3,2%	6,8%	6,8%	9,6%	8,6%	8,2%	6,6%
7	3,6%	2,7%	8,8%	8,3%	9,0%	6,6%	7,4%	7,4%
8	3,1%	2,9%	12,6%	6,6%	6,8%	5,3%	6,5%	7,2%
9	2,9%	2,9%	9,1%	6,3%	3,6%	4,1%	4,0%	6,2%
10	1,8%	5,4%	7,7%	7,8%	3,3%	3,8%	2,9%	8,3%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Decis de renda	Central Zone	East Zone	North East Zone	North Zone	South Zone	West Zone	Rural	Urbana
1	28,8%	36,7%	25,9%	27,1%	30,6%	26,5%	26,3%	33,1%
2	26,2%	20,7%	8,5%	11,5%	7,4%	14,2%	14,2%	8,6%
3	13,3%	11,1%	7,4%	9,3%	8,6%	11,2%	10,9%	7,4%
Decis de renda	Recorte por Escolaridade			Recorte por Grupo Social				
	Alta	Baixa	Total	Other backward class	Others	Scheduled caste	Scheduled tribe	Total
1	43,0%	57,0%	100%	38,5%	29,0%	17,2%	15,3%	100%
2	13,5%	86,5%	100%	39,3%	17,5%	23,4%	19,9%	100%
3	15,1%	84,9%	100%	40,0%	19,5%	22,3%	18,2%	100%
4	18,6%	81,4%	100%	40,6%	20,8%	21,9%	16,7%	100%
5	22,7%	77,3%	100%	41,8%	18,6%	23,4%	16,2%	100%
6	28,7%	71,3%	100%	37,9%	22,0%	21,5%	18,6%	100%
7	36,1%	63,9%	100%	36,9%	23,5%	20,0%	19,6%	100%
8	57,7%	42,3%	100%	33,0%	27,7%	14,0%	25,3%	100%
9	71,1%	28,9%	100%	28,0%	35,5%	10,4%	26,2%	100%
10	86,2%	13,8%	100%	24,7%	48,3%	8,0%	19,0%	100%
Geral	30,0%	70,0%	100%	38,4%	25,0%	15,7%	20,8%	100%

Tabela 7 Distribuição de frequência da população nas variáveis segundo decis de renda (Índia)
(Fonte: NSSO/produção da autora)

Decis de renda	Recorte por Região							Recorte por Zona		
	Central Zone	East Zone	North East Zone	North Zone	South Zone	West Zone	Total	Rural	Urbana	Total
1	7,1%	12,0%	13,4%	15,1%	35,3%	17,1%	100%	55,4%	44,6%	100%
2	15,4%	16,2%	10,5%	15,3%	20,6%	21,9%	100%	72,1%	27,9%	100%
3	9,9%	11,0%	11,6%	15,6%	30,0%	21,9%	100%	69,8%	30,2%	100%
4	7,7%	8,6%	11,6%	15,3%	35,8%	21,0%	100%	66,7%	33,3%	100%
5	5,4%	6,7%	10,2%	14,2%	43,2%	20,3%	100%	66,8%	33,2%	100%
6	3,6%	4,0%	13,6%	14,6%	42,8%	21,4%	100%	66,2%	33,8%	100%
7	3,5%	3,5%	17,8%	18,1%	40,5%	16,7%	100%	61,2%	38,8%	100%
8	3,3%	4,0%	28,1%	15,8%	33,9%	14,9%	100%	58,4%	41,6%	100%
9	4,3%	5,7%	28,3%	21,0%	24,9%	15,9%	100%	50,5%	49,5%	100%
10	2,7%	10,5%	23,9%	25,8%	22,4%	14,6%	100%	35,6%	64,4%	100%
Geral	7,9%	9,4%	17,3%	17,2%	29,9%	18,4%	100%	67,4%	32,6%	100%

Tabela 8 Distribuição de frequência das variáveis segundo decis de renda (Índia)
(Fonte: NSSO/produção da autora)

4.2 Análise de Dados

4.2.1 Educação

Gráfico 7 Relação entre a participação da mulher no mercado de trabalho e os decis de renda per capita segundo escolaridade (Índia) (Fonte: NSSO/produção da autora)

Para compreender a relação entre educação e participação feminina separamos a educação em dois níveis, que definimos como “baixa” e “alta”²⁷. Para manter um parâmetro de comparação com a análise da PNAD, na primeira agrupamos todas as mulheres com até 8 anos de escolaridade, na segunda se encontram as mulheres com oito ou mais anos de estudo. No Gráfico 7, fica visível a diferença entre as duas populações. De comportamento parecido – com o primeiro decil mais alto – os dois extratos têm até um décimo de diferença entre eles, que convergem até o fim do gráfico. Com menor educação, a participação feminina é mais alta, partindo de 63% de

²⁷ Variável extraída da Text Data Layout for 68th Round: General Education – Schedule 10 Level 02 (Block 3)

participação no primeiro decil de renda, descendo para 24% no segundo, baixando gradualmente nos decis médios e terminando com 18,5% no último decil. Na população de “alta” escolaridade, o primeiro decil parte de uma participação igual, com cerca de 63% no primeiro decil. Na sequência, entre o segundo e nono decis, a participação cai e segue estacionada por volta de 15%, onde fica até o último decil. A Tabela 5 aponta que as mulheres de baixa escolaridade e com menos renda são as que mais participam do mercado de trabalho, oscilando entre 25,7% e 10% entre o primeiro e o quinto decil de renda. As de alta escolaridade trabalham mais nos decis mais altos de renda, entre o sétimo e o décimo. A Tabela 7 aponta igualmente que são muito mais numerosas as trabalhadoras entre a renda mais baixa, enquanto ocorre o fenômeno oposto para a alta escolaridade. Entre o primeiro e o sétimo decis, são as mulheres de baixa escolaridade que participam ativamente do mercado de trabalho, com taxas entre 57% e 86,5%, caindo para 81,4%, 77,3%, 71,3% e 63,9%. A partir do oitavo decil, as mulheres de alta escolaridade assumem a maioria, com 57,7%, 71,1% e 86,2%.

A baixa participação feminina entre as indianas foi atribuída à crescente escolarização que o país observou na última década, o que teria afastado as mulheres do trabalho ao mantê-las na escola. Contudo, a hipótese não parece ser consistente porque a queda foi encontrada em todos os grupos etários e não apenas entre aqueles em idade escolar (LAHOTI; SWAMINATHAN, 2013). Além disso, na presente pesquisa foram utilizadas mulheres com mais de 15 anos de idade. Os arranjos estruturais e institucionais parecem agir de forma a dificultar a educação feminina. Paradoxalmente, observamos que quanto maior a educação feminina, maior sua permanência doméstica – fora do mercado de trabalho. O padrão de investimento em educação feminina, portanto, parece ter como objetivo reforçar o status da mulher distante da força de trabalho ao invés de permitir sua formação técnica ou profissional e consequente o crescimento na participação na força de trabalho nacional (ABRAHAM, 2013). Esta hipótese pode ser reforçada pelo resultado encontrado no Gráfico 7, em que a escolaridade parece ser um fator relevante para suprimir a participação feminina, mesmo entre os decis de renda mais altos. Jeffery e Jeffery (1994) apontam para o fato de que não necessariamente a escolarização caminha com formas substantivas de autonomia feminina. Portanto, nos parece possível afirmar que, neste caso, a educação pode servir para reforçar a eficiência da produção de hábitos culturais das mulheres indianas ao invés de criar sua autonomia:

"Education for girls, for example, seems to be about the inculcation of manners and middle class morality, of newer forms of respectable behaviour. They may have the effect of subduing women even further [...] inculcate discipline, self-restraint, patience, routine and obedience to authority among girls" (BASU, 2002)

Logo, para as mulheres indianas, educação e emprego parecem estar caminhando em direções opostas. De forma contraintuitiva, a taxa de participação feminina de mulheres educadas não aparece no Gráfico 7, assim como na literatura (SAMANTROY; 2012).

4.2.2 Grupo Social

Gráfico 8 Relação entre a participação da mulher no mercado de trabalho e os decis de renda per capita segundo grupo social (Índia) (Fonte: NSSO/produção da autora)

Ao analisar a NSS, trocamos a categoria de raça utilizada para a PNAD por grupo social²⁸. A definição dá conta do problema histórico das castas na Índia, partindo do sistema que categoriza a sociedade em grupos hierárquicos estabelecidos conforme uma escala simbólica de pureza. Seus membros têm escolhas restritas no que concerne a

²⁸ Variável extraída da Text Data Layout for 68th Round: Social Group – Schedule 10 Level 01 (Block 3)

ocupação e nível de interação social, causando grandes diferenças socioeconômicas entre grupos de castas. Os vilarejos tradicionais operam na seguinte forma: as castas superiores são as detentoras e controladoras das terras, possuindo poder; as castas médias e baixas – artesões e intocáveis – fornecem serviços para as castas dominantes das quais recebem pagamentos pelo trabalho. Sob este sistema tradicional – denominado *jajmani* –, cada casta é detentora de uma ocupação tradicional, sua função sagrada. A estrutura de casta é, portanto, uma estrutura de trabalho, cuja oferta de mão-de-obra é, no limite, determinada por hereditariedade. Segundo esta lógica, as castas inferiores ocupavam os trabalhos mais baixos como mão-de-obra agrícola. Esta condição se encontra atrelada igualmente à religião e status social. A noção de intocável também separa este grupo do resto dos hindus, o que justifica sua privação, pobreza e sua condição social através de um sistema de valores divino.

Com a promulgação da Constituição Indiana em 1949, foram abolidas legalmente todas as práticas e formas de segregação por castas. Além disso, estabeleceram-se as primeiras ações afirmativas para incluir esta população em recrutamentos de cargos públicos, representação política e na educação. “The State shall promote with special care the educational and economic interests of the (scheduled castes) and shall protect them from social injustice and all forms of exploitation”²⁹.

De acordo com a política adotada pelo governo indiano em 1951 para abolir as distinções de castas no país, o censo nacional extinguiu as categorias de raça, tribo ou casta, incorporando o conceito de *Scheduled Caste* que adotou a partir do censo de 1961. A convenção da categorização serviu aos fins censitário e igualmente para a implementar as ações afirmativas e programas sociais, como segue (em ordem ascendente): 1) as castas intocáveis são divididas em castas (*Scheduled Castes* - SC) e tribos (*Scheduled Tribes* - ST); 2) castas desfavorecidas, mas que não pertencem às castas intocáveis (*Other Backward Castes* – OBC); 3) categoria residual que consiste nas castas superiores (*Other Castes* – OC). As categorias SC, ST e OBC são castas historicamente desfavorecidas enquanto a última se encontra em nível socioeconômico mais elevado.

Até os anos 1980, apesar dos esforços, os avanços das castas inferiores não conseguiram atingir os níveis do resto da população, especialmente na educação. Os vilarejos rurais permanecem, por sua vez, um reduto da sociedade de castas. Banerjee e Knight (1985) justificam a continuidade pelo fato do sistema de castas representar um

²⁹ Constitution of India, 2015.

equilíbrio estável e voluntário baseado na religião e no consenso, não na coerção. Segundo os autores, muito embora esta população sofra com as restrições impostas, sua resposta é resignada com o funcionamento do sistema e não ameaça a ordem social, permitindo sua perpetuação. Por outro lado, a discriminação contra estas castas parece ser menor nas áreas urbanas. O avanço da urbanização acompanhada do desenvolvimento econômico trouxe um enfraquecimento deste sistema nas cidades, que se tornou menos rígido através da vida anônima e menor estratificação segundo o sistema social tradicional. Em oposição, na área rural o sistema de castas permanece sob a forma de discriminação anterior ao mercado de trabalho, ou seja, no acesso à terra, à propriedade e à educação³⁰.

No Gráfico 8 é possível identificar que as castas “intocáveis” (*scheduled castes* e *scheduled tribes*) apresentam as taxas de participação mais alta, especialmente a categoria *scheduled tribes*. Desta forma, podemos afirmar que a extensão da participação feminina no mercado de trabalho poderia ser determinada pela conexão entre as hierarquias de classe e casta com as normas da ideologia patriarcal. As castas desfavorecidas mas que não pertencem aos grupos “intocáveis” aparecem abaixo das anteriores na participação, se igualando em alguns pontos dos decis com as *scheduled castes*.

No que concerne o último grupo *other groups*, com a taxa de participação feminina claramente mais baixa que os outros, podemos inferir que sua dita superioridade no sistema de castas afasta as mulheres do trabalho. Dentro deste grupo, Bhaduri e Mukhopadhyay (2015) apontaram que mulheres trabalhadoras de domicílios hindus têm mais probabilidade de trabalhar, porque esse grupo é mais pobre e suas mulheres são menos educadas. Mulheres muçulmanas, por outro lado, tem menor probabilidade de participar da força de trabalho por restrições que podem ser atribuídas a comportamentos culturais, apesar da renda do seu domicílio.

As Tabelas 5 nos mostra que as mais altas taxas de participação feminina permanecem entre as mulheres de renda menor, entre todos os grupos sociais. O único grupo em que as mulheres de maior renda participam mais com aumento da renda é

³⁰ Alguns autores falam de nichos ocupacionais de castas: “[caste] clusters formed within particular trades and occupations ... [this] occupational distribution reflected neither [traditional rural] caste vocation nor the inheritance of special skills. It was produced partly by exclusionary practices by which social groups, once they obtained a foothold in a particular occupation, would not admit an outsider” (MUNSHI; ROSENZWEIG, 2006, p. 1225)

entre o *others*, que inclui as castas superiores. A Tabela 7 indica que a maior participação para praticamente todas as faixas de renda permanece entre *other backward class*.

A presente pesquisa, portanto, reitera que diferentes grupos sócio-religiosos são fatores significativos em determinar o comportamento feminino no trabalho. Enfim, como a sociedade indiana é hierárquica, baseada em famílias patrilineares e patrilocais, sua localização na hierarquia de classe e casta vai determinar o nível e a forma da participação feminina na força de trabalho (BHADURI; MUKHOPADHYAY, 2015):

There maybe social norms and laws restricting women from working outside the home [...] or from accepting paid employment, especially in manual jobs. The amount of land and other productive assets owned by her family and the numbers and skills of family members who are available to work on a family enterprise will influence her labour supply decisions. (BHADURI; MUKHOPADHYAY, 2015, p.16)

Muitas vezes a divisão de castas é sobreposta à condição de pobreza que afeta as mulheres de diversas formas. Por exemplo, com a condição dos “intocáveis” de não poder partilhar da mesma água que os outros, em caso de seca serão as mulheres que irão se locomover para ainda mais longe em busca de água. Com isso, a condição das *schedules castes* e *scheduled tribes* tem as mulheres mais vulneráveis e com as maiores taxas de participação no trabalho.

4.2.3 Localidade

Para analisarmos a variável localidade, separamos a população em duas categorias: rural e urbana³¹. A população indiana na força de trabalho ainda é prevalentemente rural, especialmente a população feminina. Na década passada, a diferença entre ambas diminuiu, principalmente por causa da queda na área rural. Contudo, de forma geral, a participação feminina caiu desde o começo dos anos 2000 (DAS et al, 2015). Entre as pessoas economicamente ativas, as mulheres são 25% na área rural e 16% na área urbana. Segundo o Statistical Profile on Women Labour³², entre a população indiana que trabalha, a participação feminina é de 25.5%, na proporção de mulheres é de 30.02% na área rural e 15.4% na área urbana. No que concerne o setor da atividade, entre as mulheres rurais temos 35% em trabalho casual, 59% autônomas e apenas 6% de assalariadas regulares. Na área urbana, temos 14% de trabalhadoras casuais, 43% de autônomas e 43% de assalariadas regulares. Por tipo de atividade em ambas as áreas, temos 62,8% das mulheres na agricultura, 20% na indústria e 17,2% em serviços (NSS Report, 2014).

Gráfico 9 Relação entre a participação da mulher no mercado de trabalho e os decis de renda per capita segundo localidade (Índia) (Fonte: NSSO/produção da autora)

Conforme é possível verificar no Gráfico 9, a população feminina que trabalha é superior na zona rural. Esta começa abaixo da zona urbana, na estaca de 62% de participação no primeiro decil de renda, caindo e se mantendo em seguida estável por volta de 25%, caindo para 19% e 18% entre os oitavo e nono decis, e finalmente acabando no décimo decil de renda para 18%. Na área urbana, a curva mantém um comportamento de participação feminina similar, porém inferior. Partindo acima da população rural, na estaca de 69%, desce no segundo decil para 22%, até o terceiro decil para 21%, faixa que cai constantemente até por volta 17%, que persiste entre o oitavo e o décimo decis.

A maioria das mulheres da zona rural está na agricultura, mas houve uma queda deste tipo de trabalho, assim como da sua atividade na manufatura. No setor de serviços,

³¹ Variável extraída da Text Data Layout for 68th Round: Household Type – Schedule 10 Level 01 (Block 3)

³² Diferentemente do que foi escolhido como critério para a população que trabalha para a presente pesquisa (à partir dos 15 anos de idade), o relatório citado utiliza dados da população como um todo (a partir dos 5 anos). O efeito desta diferença pode ser encontrado nos resultados aqui apresentados e os do relatório.

a proporção de mulheres aumentou consistentemente. Este fenômeno pode ser atribuído à grande proporção de mulheres na zona rural que se dedicavam à agricultura que agora estão trabalhando como ajudantes não remuneradas, diminuindo por outro lado o trabalho ocasional. Aumentaram também as mulheres rurais que trabalhavam por conta própria e como atividade subsidiária (SANGHI; SRIJA; VIJAY, 2015). Além disso, o número de mulheres rurais em idade ativa que se dedicam ao trabalho doméstico é significativa. Uma grande proporção destas se dedica ao trabalho não remunerado para obter diferentes bens para seus lares, em atividades de subsistência como recolher lenha, buscar água, cuidar dos animais próprios e da horta domiciliar. Ao contar tais mulheres como desempregadas, as taxas de desemprego no país sobem muito, o que poderia explicar as atuais estatísticas e seu aumento significativo durante a última década. (RAWAL; SAHA, 2015)

Na área rural, a criação em 2005 do Mahatma Gandhi National Rural Employment Guarantee Act (conhecido pela sigla MGNREGA), trouxe mudanças para a participação feminina. Programa de garantia de renda mínima para trabalhadores manuais não qualificados, o MGNREGA assegura remuneração de pelo menos 100 dias por cada ano financeiro (de julho a julho, de acordo com o ano agrícola indiano). Ele também estabeleceu algumas iniciativas pró-mulher, como a participação feminina mínima de 33% neste tipo de mão-de-obra, estipulando igualdade de salários para os dois sexos. Além disso, foram pensadas medidas para diminuir as barreiras de acesso às mulheres, como instalação de creches no local de trabalho em 2014 e a estipulação de uma distância máxima entre o local de trabalho e a casa da trabalhadora. Por fim, como esperado, o MGNREGA aumentou a participação feminina na força de trabalho na área rural mas aumentou estatisticamente sua participação como trabalhadora casual nos meses em que não houve esta garantia de renda mínima, o que pode ter corroborado para a queda das taxas de participação como um todo (DAS et al, 2005). Por outro lado, com a renda garantida e com o aumento nos níveis de renda dos domicílios, é possível que as mulheres não queiram mais trabalhar como não remuneradas, ajudantes ou trabalhadoras ocasionais, preterindo-os por trabalhos remunerados, como no caso do MGNREGA (SANGHI; SRIJA; VIJAY, 2015).

Outro fator que parece ser relevante é a maior participação feminina em momentos de maior dificuldade econômica, o que pode acontecer sazonalmente na área rural. Ela seria um tipo de “reserva” de mão-de-obra no domicílio, acionada em casa de necessidade (LAHOTI; SWAMINATHAN, 2013). Enfim, nos parece pertinente a

hipótese de que com o crescimento das oportunidades econômicas para os homens no crescimento da última década, uma parte relevante da mão-de-obra feminina passou a se dedicar integralmente ao trabalho reprodutivo como resposta ao efeito renda do marido.

4.2.4 Região

Gráfico 10 Relação entre a participação da mulher no mercado de trabalho e os decis de renda per capita segundo região (Índia) (Fonte: NSSO/produção da autora)

No que concerne a participação feminina no trabalho, há variação importante entre os estados indianos, que por sua vez são agrupados em regiões³³. Notadamente, a região sul apresenta melhores indicadores de autonomia feminina³⁴, em oposição ao

³³Variável extraída da Text Data Layout for 68th Round: State – Schedule 10 Level 01 (Block 1)

³⁴ Para pensar a autonomia feminina, utilizaremos o conceito como apresentado por Jejeebhoy e Sathar (2001): controle que as mulheres têm sobre suas próprias vidas, a extensão no qual elas têm voz perante seus maridos em questões que as afetem diretamente assim como sua família; o controle sobre recursos, acesso a conhecimento e informação, autoridade para tomar decisões independentes, liberdade física e de mobilidade, capacidade de manter relações de poder em igualdade dentro da família.

norte, com piores condições para as mulheres. Para ilustrar a diferença, o IDH (2005) do país é de 0.400; no sul o estado de Kerala é de 0.970, enquanto no norte em Bihar é 0.106³⁵. Nestes estados, os preconceitos de gênero continuam a existir não apenas nas relações familiares e parentesco, nas leis, religião, cultura e também nos processos econômicos, em instituições como o mercado de trabalho. Contrastam também as taxas de alfabetização feminina, mortalidade materna e números de natalidade. O sul apresenta maiores taxas de participação entre todos as regiões, partindo de 68% no primeiro decil, seguido de aproximadamente 31% entre o segundo e o quarto, baixando progressivamente até atingir o mínimo de 17% no último decil. A região com menor participação é o leste, onde o segundo decil apresenta 19% de participação, caindo para menos de 10% entre o quinto e o nono decis, subindo levemente para 10% no décimo. O norte também apresenta indicadores piores conforme a literatura, partindo de 60% no primeiro decil, caindo para 17% no segundo e mantendo por volta de 15% até o fim do gráfico. No nordeste e oeste as curvas se aproximam, apontando uma tendência de maior presença, onde as mulheres participam ativamente de atividades econômicas, principalmente em áreas tribais e montanhosas destas regiões. Segundo a Tabela 6, a região com maior participação feminina é a Sul, com taxas que se mantém sempre na faixa entre 22% e 43,2%; a com menor participação é a central acompanhada pela região leste, onde a participação não supera os 15,4% e 16,2% respectivamente. Na Tabela 8, fica mais evidente a baixa participação entre a população de renda mais baixa na região norte.

Os padrões de menos participação feminina na força de trabalho e da baixa autonomia feminina parecem ter mútua influência endógena quando falamos das diferentes regiões indianas. Ao considerarmos que dentro de uma mesma região temos estados com religiões ou com atividades predominantes diferentes, estes fatores não são suficientes para modificar os padrões de participação feminina na força de trabalho. Da mesma forma, podemos observar maior variação entre regiões do que entre grupos numa mesma região, como é o caso de hindus e muçulmanos:

In Uttar Pradesh, by contrast, Hindu and Muslim women are equally constrained in terms of decisionmaking and mobility, and Muslim women are

³⁵ O índice de desenvolvimento humano apresentado é uma média não ponderada de valores normalizados para cada um dos valores segundo apresentado por Drèze e Sen (2013).

significantly freer from threat and experience greater access to and control over resources than Hindu women (JEJEEBHOY, SATHAR; 2001)

Agarwal (1986) aponta o indicador de participação como insuficiente para a análise da contribuição econômica da mulher, porque não implica a extensão ou intensidade do trabalho. Sua verdadeira atividade depende da percepção da sua contribuição para a renda da casa, que através de trabalhos reprodutivos irá ter a tendência de subvalorização aos olhos da sociedade. O fenômeno se agrava nos estados do norte pela invisibilidade do papel e das contribuições femininas, apesar das horas gastas em atividades de trabalho seja igual para homens e mulheres. Além disso, sua diferença de ganhos também influencia na valorização dentro do domicílio.

5. CONCLUSÃO

Gráfico 11 Relação entre a participação da mulher no mercado de trabalho e os decis de renda per capita no Brasil e na Índia (Fonte: PNAD e NSSO – produção da autora)

O Brasil apresenta um padrão *U-shape* na relação entre participação feminina no trabalho e a renda dos domicílios, de forma que os resultados apresentados por este trabalho vão ao encontro da literatura relevante sobre participação feminina e

desenvolvimento econômico. No exercício de transpor esta hipótese para a população brasileira feminina da nossa amostra, é possível localizar o Brasil entre os países nos quais as mulheres trabalham em grande medida em domicílios de menor renda; em seguida cai sua participação quando a renda aumenta e, enfim, sobe novamente sua participação com maior renda. A interseccionalidade foi utilizada como uma ferramenta metodológica essencial capaz de lançar luz sobre os grupos sobrepostos (CRENSHAW, 2002) que constituem uma leitura mais complexa e a nosso ver adequada da população feminina que trabalha no Brasil. A Figura 1 tende a simplificar uma relação que, ao ser decomposta, consegue enxergar mais dimensões da participação da mulher na força de trabalho. Acreditamos que esta leitura não pode ser reduzida como se não houvessem diferenças entre os grupos propostos pelo presente trabalho. Enfim, consideramos relevante reter que o trabalho feminino não é decorrente apenas da demanda do mercado e das suas necessidades, assim como das qualificações para atendê-la, mas é fruto de uma articulação complexa das variáveis que são analisadas nos Gráficos 2 a 5. Ao nos determos nas variáveis educação, raça, localidade e região, depreendemos outros fatores parecem ser relevantes na leitura desta participação. A escolaridade, mesmo nos decis de renda mais baixos, é um fator determinante para elevar a participação feminina no mercado de trabalho: onde é mais alta, há maior participação, em contraste com a menor participação entre as menos escolarizadas. Da mesma forma, a localidade rural ainda representa um aspecto importante no trabalho feminino, onde a maioria dos domicílios contam com a mão de obra dos membros da família do sexo feminino. Na cidade, o trabalho ainda persiste nas relações informais ou irregulares, apesar das atividades não-remuneradas exercidas dentro do lar, o que acaba impactando a contagem nas estatísticas. Em ambos, a literatura reforça que os números tendem a subestimar a participação feminina, que muitas vezes não é vista como trabalho.

O maior contingente de trabalhadoras (...) continua sendo composto por um grupo de ocupações precárias: empregadas domésticas – 75% das quais sem registro em carteira – trabalhadoras não remuneradas e aquelas que trabalham para o próprio consumo e o consumo familiar, principalmente no setor agrícola (BRUSCHINI, 2007)

No que concerne a raça, os resultados indicam que as indígenas trabalham em maior proporção do que as outras. Depois desse grupo, os dados apresentados nas tabelas indicam a maior participação entre as brancas e amarelas, grupo que igualmente

apresenta maior escolaridade. As negras também apontam menor participação, subindo nos decis finais de renda, o que poderia indicar, a nosso ver, uma baixa representação estatística do seu trabalho, que está concentrado em atividades casuais e irregulares. Sob a ótica regional, consideramos importante relevar outros fatores particulares de cada região, como tipo de atividade predominante e fatores gerados fora do mercado de trabalho (como, por exemplo, a escolaridade).

A Índia, em oposição ao Brasil, não apresenta o mesmo padrão de participação da mulher na força de trabalho. Seu alto crescimento econômico das últimas três décadas parece não ter sido suficiente para impulsionar as mulheres para além das barreiras impostas pela sociedade conservadora e patriarcal. Sua curva do Gráfico 6 parte de 64% de participação, caindo para 25% no segundo decil e baixando progressivamente até 15% no último decil³⁶. Os mecanismos causais que afetam a participação feminina na força de trabalho não podem novamente ser reduzidos à explicações simples e aplicáveis em todos os tipos de contextos. Portanto, como pudemos observar na Índia, não parece haver nenhuma relação positiva entre a renda do domicílio e a participação da mulher na força de trabalho em padrão *U-shape*. Por outro lado, fica visível que o aumento da renda causa um efeito de retirada das mulheres da força de trabalho, evidenciado com a leitura interseccional apresentada pela pesquisa observando as variáveis de escolaridade, grupo social, localidade e região.

Diferentemente do que ocorre no Brasil, a maior escolaridade feminina apresenta menor participação da mulher na força de trabalho. O que nos parece contraintuitivo conseguiu ser justificado pela literatura, que vê na educação formal feminina um meio de reforçar as normas e estigmas sociais locais. Segundo elas, o papel feminino não é na atividade remunerada, mas no lar, o que impede que a mulher integre a força de trabalho apesar da escolaridade crescente que adquire nos grupos de maior renda. Nem mesmo a escolaridade aliada ao crescimento da renda, por sua vez, é capaz de aumentar a participação feminina, que oscila por volta de 15%. A baixa escolaridade segue o mesmo padrão, mas parte de um nível mais alto e cai progressivamente.

No Gráfico 8, os grupos sociais inferiores (de castas e tribos) são os que apresentam as maiores taxas de participação, em oposição ao grupo *others*, que reúne as classes superiores. Novamente, podemos entender que o trabalho feminino poderia ser

³⁶ Vale lembrar que, assim como ocorre no Brasil, a participação do primeiro decil sofreu com uma deformação decorrente da metodologia adotada na pesquisa que atribui às mulheres chefes de domicílio renda zero e, assim, fazendo com que fossem calculadas no primeiro decil de renda.

visto como algo negativo, relegado às castas inferiores. Entre hindus e muçulmanos, por exemplo, a participação chega a ser 10% mais baixa do que entre as tribos, para todos os níveis de renda. Logo, independente do nível de renda, o pertencimento a diferentes grupos sociais parece ter um papel importante na participação feminina no mercado de trabalho. A localidade também apresenta diferenças de participação segundo o ambiente rural ou urbano, onde o primeiro apresenta números levemente mais elevados. Vale lembrar a estrutura populacional indiana, que ainda é em sua maioria rural, diferente do que ocorre no Brasil. O resultado também parece ser afetado pelo programa estatal de garantia de renda (MGNREGA). Com o aumento nos níveis de renda dos domicílios, uma mulher não quer mais trabalhar como trabalhadora não remunerada, ajudante ou trabalhadora ocasional a não ser que o trabalho seja remunerado. Fora dele, as oportunidades são limitadas pelo fato de as mulheres não encontrarem oportunidades para suas preferências (tem parcial, perto de seus domicílios etc.) e seus perfis educacionais limitados, se deparando com oportunidades insuficientes no setor não-rural em áreas rurais (SANGHI; SRIJA; VIJAY, 2015).

Enfim, ficam evidentes as diferenças regionais indianas ao observarmos o Gráfico 10, onde se opõem as participações do sul (mais elevadas) aos do norte e leste (mais baixas). Neste caso, é possível depreender que mecanismos de estigma e hábito sociais podem estar operando para influenciar a participação feminina quando observamos os costumes destas regiões. Um fator que é associado pela literatura é a proporção de quantidade de homens e mulheres. Onde esta é mais baixa, entendemos que os estados têm costumes onde a mulher é mais desvalorizada pela sociedade, no sentido onde podemos observar, por exemplo, o fenômeno da preferência por meninos. Acreditamos que este último recorte do Gráfico 11 possa reforçar a hipótese do nosso projeto porque vai de encontro à ideia que muitos fatores operam na participação feminina no mercado de trabalho, em especial os estigmas e valores de uma sociedade. A mais baixa participação feminina indiana em comparação à brasileira parece indicar que os níveis de renda não parecem operar da mesma forma nestes países. Enquanto no Brasil o aumento da renda do domicílio parece impulsionar as mulheres na direção do trabalho remunerado, na Índia vemos o oposto. O mesmo ocorre com a escolaridade: no Brasil, quando essa é maior, aumenta a participação feminina no trabalho, enquanto na Índia ocorre o inverso. A literatura apresentada corrobora com os nossos achados, indicando outros fatores que parecem operar na Índia: a mulher indiana trabalha em

caso de necessidade, quando sua renda é menor ou quando pertence a um grupo social inferior.

Since many factors have been identified about this possible decline which broadly comprise of increasing educational enrollment, increase in household level incomes, lack of part time and regular employment options, addressing of domestic duties and unpaid and care work due to unequal division of labour in the household coupled with statistical invisibility and non-recognition for such work as discussed earlier. Many of the sociological reasons include cultural and structural arrangements, institutional practices, caste norms etc deeply embedded within the social structure and discourage women to participate in the labour market. In fact, all these above issues have contributed to the decline the female labour force participation and have discourage them to choose paid employment. (SAMANTROY; KHURANA, 2015, p.321)

Esta pesquisa acredita poder ampliar as ferramentas da discussão da participação da mulher na força de trabalho ao se aprofundar em outros fatores que vão além da renda do domicílio e do PIB nacional. Da mesma forma, sob a ótica da abordagem interseccional e categórica, o trabalho também buscou dar conta das inúmeras dimensões que compõem o conceito de gênero, que carrega consigo camadas de raça, grupo social, regionais e de localidade que conjuntamente compõem um retrato que busca ser mais abrangente da dimensões da mulher trabalhadora.

Assim como já foi apontado no conjunto de países dos BRICS (DEVIÁ, JERABEK, 2015), o crescimento da economia não parece ser suficiente para impulsionar a entrada da mulher no mercado de trabalho nas economias em desenvolvimento. O gênero continua a ser um fator determinante no papel que a mulher ocupa em sua sociedade, apesar dos avanços econômicos e das relações de produção que regem o trabalho. Assim, o gênero ainda parece compor uma forma de barreira para o mercado de trabalho, na medida em que pode reproduzir reiteradamente os arranjos e hábitos sociais que relegam a mulher à esfera doméstica e às atividades reprodutivas do lar. Acreditamos que esta pesquisa seja relevante porque retoma a discussão sobre a estratificação de gênero presentes nas estruturas econômicas, que mantém as desigualdades de acesso ao trabalho e atesta reiteradamente o gênero como uma forma de inferioridade. A nosso ver, continua sendo importante ressaltar que esta discussão não estará esgotada até quando os indicadores estatísticos nacionais e globais

comprovarem os números que foram exaustivamente apresentados neste trabalho, onde a mulher permanece uma força de trabalho secundária, seja em suas atividades, seja em sua remuneração.

6. BIBLIOGRAFIA

ABRAHAM; Vinoj. **Missing Labour or Consistent "De-Feminisation"**? 2013, Economic & Political Weekly.

AGARWAL, Bina. **Women, poverty and agricultural growth in India**, 1986. In: The Journal of Peasant Studies, 13:4, 165-220,

AGUIRRE, DeAnne; HOTEIT, Leila; RUPP, Christine, SABBAGH, Karim. **Empowering the Third Billion & Women in the World of Work in 2012**. 2012, PWC.

BANERJEE, Biswajit; KNIGHT, John. **Caste discrimination in the Indian urban labour market**. Journal of Development Economics, 17, 277–307, 1985.

BASU, Alaka Malwade. **Why Does Education Lead to Lower Fertility?** A Critical Review of Some of the Possibilities", 2002, World Development, 30(10).

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Mulher Negra no Mercado de Trabalho**. Revista Estudos Feministas, n°2, 1995.

BHADURI, Sanghamitra Kanjilal. MUKHOPADHYAY, Ishita. **Impact Of Socio-Economic And Socio-Religious Determinants On Female Work-Force Participation In Rural India: A Study Of NSS 68th Round, 2015.** Conference Paper, National Seminar, Ministry of Statistics and Program Implementation.

BLAY, Eva Alterman. **Trabalho Domesticado: A mulher na Indústria Paulista.** Ensaios, 35. São Paulo: Ática, 1978.

_____. **Trabalho, Família e Classes Sociais em São Paulo.** R. Inst. Est. Bras., São Paulo (13): 87-99, 1972.

BOSERUP, Ester. **Woman's Role in Economic Development,** 1970, Earthscan, Londres.

BOURDIEU, Pierre. **La Domination Masculine.** Paris, Éditions du Seuil. 1998

BRUCE ; Steve, YARLEY, Steven. **The Sage Dictionary of Sociology.** Sage Publications, London, 2006.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. **Trabalho das mulheres No Brasil: Continuidades e Mudanças no período 1985-1995,** 1998. Fundação Carlos Chagas.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. **Trabalho e Gênero no Brasil nos últimos dez anos.** 2007, Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132. Fundação Carlos Chagas.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. **Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado?,** 2006.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment,** 2000, Routledge, Londres.

COMIN, Alvaro; GUIMARÃES, Nadya Araujo. **Vicissitudes do trabalho no Brasil nos anos 90: mobilidade setorial, diversidades de gênero e acesso ao seguro-**

desemprego, in Emprego feminino no Brasil: mudanças institucionais e novas inserções no mercado de trabalho, 2002, org. LAVINAS, Lena; LEÓN, Francisco. CEPAL.

CONSTITUTION OF INDIA (2015), One Hundreth Amendment, de 26 de novembro de 1949. Constitution Of India. Disponível em:
<<http://indiacode.nic.in/coiweb/welcome.html>>. Acesso em: 5 nov. 2016.

CRENSHAW, Kimberle. **A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero**. 2002, acessado em 25/7/2016 em <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>

DAS, Sonali; JAIN-CHANDRA, Sonali; KOCHHAR, Kalpana; KUMAR, Naresh. **Women Workers in India: Why So Few Among So Many?** International Monetary Fund, Asia and Pacific Department, 2015.

DEVIÁ, Veronica; JERABEK, Marketa M. **Closing the Gender Gap in BRICS: A Longitudinal Analysis**, 2016, Poznan. 24th World Congress of Political Science.

DRÈZE, Jean; SEN, Amartya. **An Uncertain Glory: India and its Contradictions**. Princeton University Press, 2013.

FAUSTINO, R. C; NOVAK, M.S.J. ; LANÇA, V. de S. . **Educação trabalho e gênero na indígena: estudo sobre os Kaingang de Faxinal no Paraná**. Emancipação (UEPG), v. 10, p. 341-350, 2010

FIGART, Deborah. **Gender as More Than a Dummy Variable: Feminist Approaches to Discrimination**. Review of Social Economy, Vol. 55, No. 1, pp. 1-32, 1997.

GOLDIN, Claudia. **Understanding the Gender Gap: An Economic History of American Women**. New York, Oxford University Press, 1990.

_____. **U-Shaped Female Labour Force function in economic development and economic history**. 1994, Investment in Women's Human Capital. Chicago: University of Chicago Press, p.61-90.

_____. **The Quiet Revolution That Transformed Women's Employment, Education, and Family**. Cambridge, Harvard University Press, 2006.

GOVERNMENT OF INDIA. **Census Terms**, 2011. Acessado em 7/9/2016
http://censusindia.gov.in/Data_Products/Library/Indian_perceptive_link/Census_Terms_link/censusterm.html

GUIMARÃES, Nadya Araújo. **A igualdade substantiva e os novos desafios nas relações de gênero no trabalho**. 2016, Estudos Feministas, Florianópolis, 24(2): 292

GUIMARÃES, Nadya Araújo. **Os desafios da eqüidade: reestruturação e desigualdades de gênero e raça no Brasil**. 2002, cadernos pagu (17/18): pp.237-266.

GONZALEZ, Lelia. **Por um feminismo afro-latino-americano**, 1988, Revista Isis 8
hooks, bell. **Black Women: Shaping Feminist Theory** in Feminist Theory: From Margin to Center. 1984, South End Press, Boston

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça**: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. 2014, Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: Notas Metodológicas. Vol. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Acesso em 2 de setembro de 2016.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: Pesquisa.
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=149 Acessado em 19/10/2016

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE, **Women at Work**: Trends. Geneva: 2016

JEFFERY, Patricia; JEFFERY, Roger. **Killing my heart's desire**: Education and female autonomy in rural North India, 1994, In: N. Kumar (ed.) Women as Subjects: South Asian Histories. New Delhi, India: Shree, pp. 125–171.

JEJEEBHOY, Shireen; SATHAR Zeba A. **Women's Autonomy in India and Pakistan: The Influence of Religion and Region**, 2001. In: Population And Development Review 27(4):687–712.

KABEER, Naila. **Women's economic empowerment and inclusive growth: labour markets and enterprise development**, 2012, Discussion Paper 29/12, Centre for Development Policy & Research, School of Oriental & African Studies, University of London

KERNER, Ina. **Relations of Difference : Power and inequality in intersectional and postcolonial feminist theories**. Currently Sociology, 1-21, 2016.

LAHOTI, Rahul; SWAMINATHAN, Hema. **Economic Growth and Female Labour Force Participation in India**, 2013. Working Paper N°414. Centre of Public Policy, Indian Institute of Management: Bangalore.

LAVINAS; Lena; AMARAL; Marcelo Rubens, BARROS; Flávio. **Evolução do desemprego feminino nas áreas metropolitanas**, 2000. Texto para discussão n°756, IPEA.

MADALOZZO; Regina. **Transitions in Fertility for Brazilian Women: An Analysis of Impact Factors**, 2012. Plos One, Vol. 7, n°7.

MADEIRA; Felícia, SINGER, Paul. **Estrutura do Emprego e Trabalho feminino no Brasil: 1920-1970**. Caderno CEBRAP, São Paulo, no. 13, 1973.

MAMMEN; Kristin, PAXSON ; Christina. **Women's Work and Economic Development**. Journal of Economic Perspectives. 2000, Vol. 14, N.4, pp.141-164.

MCCALL; Leslie. **The Complexity of Intersectionality**. Signs : Journal of Women in Culture and Society. 2005, Vol. 30, n°3.

MIES, Maria. **Patriarchy and capital accumulation on a world scale: women in the international division of labour**. 2^a Ed. Zed Books, 1986.

MINISTRY OF STATISTICS AND PROGRAMME IMPLEMENTATION, **Informal Sector and Conditions of Employment in India**, 2014, NSS Report No. 557: Ministry of Statistics and Programme Implementation, Government of India, July.

_____. **Employment and Unemployment Situation in India**, 2014. NSS Report No. 554:, 2011-12.

NELSON, Julie. **Feminism and Economics**, 1995. Journal of Economic Perspectives, Vol.9 n°2.

SEN, Amartya. **A Hundred Million Women are Missing**, 1990, New York Review of Books

OLIVETTI, Claudia. **The Female Labor Force and Long-run Development: The American Experience in Comparative Perspective**. Boston, Boston University Press and NBER, 2013.

OSTER, Emily. **Hepatitis B and the Case of the Missing Women**, 2005, Journal of Political Economy, 2005, vol. 113, no. 6. Chicago.

RANGARAJAN; SEEMA; VIBEESH, **Developments in the Workforce between 2009-10 and 2011-12**, 2014, Economic & Political Weekly.

RAZAVI, Shahrashoub; MILLER, Carol. **From WID to GAD: Conceptual Shifts in the Women and Development Discourse**, 1995. UN Fourth World Conference on Women, Occasional Paper No. 1. United Nations Research Institute for Social Development (UNRISD).

PAMPEL, FC; TANAKA, K. **Economic Development and Female Labor Force Participation**. Social Forces. 64, 3, 599-619, Mar. 1986. ISSN: 00377732.

PAULILO, Maria Ignez. **Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise**, 2004. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 360.

PESQUISA NACIONAL DE AMOSTRA DE DOMICÍLIOS, 2011. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2011/default.shtm> Acesso em: mar. 2016.

RELATÓRIO ANUAL SOCIOECONÔMICO DA MULHER, 2013, Secretaria de Políticas para as Mulheres, Presidência da República.

RAWAL, Vikas. SAHA, Partha. **Women's Employment in India: What do Recent NSS Surveys of Employment and Unemployment Show?**, 2015.

SAMANTROY, Ellina. **Engendering women's work in north-east India**, 2012. Labour & Development, Vol. 19, No. 1.

SAMANTROY ; Ellina. KHURANA, Sakshi. **Capturing Unpaid Work: Labour Statistics and Time Use Surveys**, 2015. In Gender Issues and Challenges in Twenty First Century, Satyam Law International; 1st edition.

SCORZAFAVE; Luiz Guilherme; MENEZES-FILHO, Naércio. **Caracterização da participação feminina no mercado de trabalho: uma análise de decomposição**. 2005

SCOTT; Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Nova York, Columbia University Pressm 1989. Tradução: Christine Rufino Dabat, Maria Betânia Ávila.

SOARES; Sergei; IZAKI; Rejane. **A participação feminina no mercado de trabalho**. 2002, Texto para Discussão nº923, IPEA, Rio de Janeiro.

SANGHI, Sunita; SRIJA, A; VIJAY, Shrinivas. **Decline in Rural Female Labour Force Participation in India: A Relook into the Causes**, 2015. The Journal for Decision

Makers

40(3) 255–268. Indian Institute of Management, Ahmedabad

TASLI, Kaan. **A Conceptual Framework for Gender and Development Studies: From Welfare to Empowerment**. 2005, Institut für Institutionelle & Heterodoxe Ökonomie, Wirtschaftsuniversität Wien.

TEIXEIRA, Isis Aline Vale. **Conhecendo a vida das mulheres Akriabá: Gênero e participação**. 2008, Dissertação (Educação), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

OLINTO, Maria Teresa Anselmo. OLINTO, Beatriz Anselmo. **Raça e desigualdade entre as mulheres: um exemplo no sul do Brasil**. 2000, Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 16(4):1137-1142.

WHITEHEAD, Stephen; TALAHITE, Anissa; MOODLEY, Roy. **Gender and Identity: Key Themes and New Directions**. Oxford University Press. 2013.

WORLD BANK. **World Development Report: Gender Equality and Development**, 2012.

YOUNG, Kate. **Planning Development with Women: Making a World of Difference**, 1993. London: Macmillan.